

20 ANOS DE EM TEMPO

A edição de nº 300 do *Em Tempo* é lançada vinte anos depois da fundação do jornal. Nosso primeiro número foi publicado, então como semanário, em 23 de janeiro de 1978, após diversas edições experimentais. Sua proposta era a defesa da democracia do ponto de vista dos trabalhadores.

Quase todas as correntes políticas envolvidas no projeto do *Em Tempo* participaram, em seguida, da formação do Partido dos Trabalhadores, embora várias não continuassem colaborando no jornal. O *Em Tempo* foi, porém, fundamental para a unificação de vários grupos militantes na Democracia Socialista, fundada em dezembro de 1979 – corrente cujas posições o jornal expressa até hoje junto à militância do PT.

20 anos de vida, com participação ativa nos momentos fundamentais da esquerda brasileira, possibilitam um balanço muito positivo da experiência do *Em Tempo*. 20 anos marcados por mudanças de conjuntura, cada uma com suas características próprias, mas tendo na participação na construção do PT um sólido fio condutor.

Nos últimos anos, *Em Tempo* tem procurado preencher três papéis fundamentais: referenciar a atuação da Democracia Socialista como corrente do PT e de uma forma geral da esquerda partidária; dialogar, a partir destas posições, com o conjunto do PT; e contribuir para a renovação do pensamento socialista num mundo que passa por mudanças rápidas e profundas.

Para isso, temos a felicidade de contar com um leque de colaboradores e amigos que vêm no *Em Tempo* um canal para o debate de idéias indispensável à esquerda brasileira. E com colaboradores internacionais que estão entre as principais expressões do marxismo crítico da atualidade.

Estamos empenhados em continuar, nos próximos anos, cumprindo este papel, hoje insubstituível, que o *Em Tempo* desempenha na esquerda brasileira.

Na página 21, João Machado e Juarez Guimarães escrevem sobre o passado e o futuro do *Em Tempo*.

José Corrêa Leite



O FANTASMA DO DESEMPREGO

GUSTAVO CODAS

Para o governo FHC teve o mesmo impacto que uma assombração: em março deste ano foi divulgada a maior taxa mensal oficial de desemprego desde a crise da dívida externa (em 1982-84). Para nervosismo dos articuladores da reeleição, a questão do (des)emprego ameaça entrar de cheio no debate eleitoral. Vem puxada pela dramática situação de milhões de trabalhadores que perderam ou estão perdendo o emprego no “moinho satânico” do programa neoliberal e do Plano Real.

No entanto, a ausência na esquerda (a começar pela CUT e pelo PT) de formas de organizar e mobilizar os desempregados e os trabalhadores que estão na ponta da exclusão social urbana, e a falta de uma contraposição programática no terreno da política econômica com o Plano Real, dão para FHC uma grande margem de manobra. Para enfrentar o governo nas ruas e nas urnas é necessário sair desses impasses.

O GOVERNO PERDE O REBOLADO

FHC gosta de enfrentar os problemas sociais com palavras, já que os recursos públicos no seu governo estão destinados a remunerar o capital especulativo. Mas em relação ao desemprego o presidente simplesmente recusava-se a reconhecer a existência do problema. Seria apenas um problema regional (de São Paulo), setorial (alguns ramos industriais), momentâneo

(trabalhadores passando de um setor a outro da economia) etc.

Em fevereiro deste ano até o IBGE, o órgão federal especializado na sub-contabilização do problema, divulgou um expressivo aumento da taxa de desemprego que continuou subindo no mês seguinte. É que inclusive formas precárias de ocupação que até então mascaravam o desemprego deixaram de absorver os trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho. Então, o governo perdeu o rebolado. “FH cai e medo do desemprego sobe” anunciava o jornal *O Globo* em 02/04/98 numa reportagem sobre resultados de uma pesquisa de opinião do Ibope, apontando para o que é a principal ameaça que enfrenta hoje o projeto da reeleição. Ressalvava o jornal, no entanto, que de acordo a esse instituto,

apesar da queda, FHC ainda ganharia no primeiro turno se a eleição fosse hoje.

Mas o governo FHC é incapaz de enfrentar o problema do desemprego. Em sua concepção de política econômica o emprego deve ser um resultado do funcionamento eficiente do mercado. O desemprego é tratado, no melhor dos casos, com medidas compensatórias.

“A CULPA É DO TRABALHADOR”

Pior ainda. O pensamento conservador alcinhou a expressão “empregabilidade” para colocar no próprio trabalhador a responsabilidade por sua situação no mercado de trabalho.

CONTINUA NA PÁG. 3



CIÊNCIA E UTOPIA NO MARXISMO

Leandro Konder analisa as difíceis relações entre ciência e utopia no marxismo. E mostra como o revigoramento da dimensão utópica do pensamento socialista é uma condição indispensável para a constituição de uma esquerda eficaz no século XXI.

PÁGINAS 12 E 13

NESTA EDIÇÃO

MICHEL LÖWY DISCUTE A QUESTÃO DO INTERNACIONALISMO DOS TRABALHADORES NOS 150 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA

PÁGINAS 10 E 11

DANIEL BENSARD E ROSSANA ROSSANDA DEBATEM AS IDÉIAS DO SUBCOMANDANTE MARCOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO E AS TAREFAS DA ESQUERDA

PÁGINAS 14 A 16

**CADERNOS
EM TEMPO
PUBLICADOS**

Os Cadernos Em Tempo são distribuídos exclusivamente para os assinantes de apoio do jornal. Eles visam divulgar textos do debate marxista atual, documentos políticos de alcance programático e entrevistas cuja maior dimensão ou caráter teórico mais especializado impedem sua divulgação nas páginas do Em Tempo. Atualmente compreendem 12 a 16 páginas por edição, em formato duplo ofício, sendo quatro páginas dedicadas aos "Textos de formação".

- 276. Maxime Durand: A crise e as grandes evoluções da economia capitalista
- 277/8. Charles André-Udry: Rumo a uma economia socializada, algumas teses
- 279. Michel Husson: Estado e mundialização
- 281. Jane Slaughter: Resistindo ao toyotismo
- 282. Perry Anderson: Balanço do neoliberalismo
- 283. Raul Pont: Construindo a democracia participativa
- 284. Socialismo e democracia. Tese apresentada ao 10º Encontro Nacional do PT
- 285. Gigi Malabarba: Reestruturação produtiva, resposta dos trabalhadores e os Cobas na Itália
- 286. Jane Slaughter: A situação da classe trabalhadora nos Estados Unidos
- 287. Boaventura de Sousa Santos: Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal
- 288. Michael Löwy: A dialética marxista do progresso
- 289. Thomas Coutrot: A esquerda frente ao desemprego
- 290. Michel Husson: As três dimensões do neoimperialismo
- 291. Robert Castel: As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salariado
- 292. Textos para discussão da 4ª Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista
- 293. Edição especial, em formato revista, do Em Tempo
- 294. João Machado: "Globalização" ou nova fase da internacionalização do capital?; Michael Löwy: Por um marxismo crítico
- 295. Paulo Nogueira Batista Jr.: Inconsistência e populismo na política brasileira; Francisco Louçã: A pulsação da história. Ernest Mandel e a teoria das ondas longas
- 296/7. O risco da ingovernabilidade. Entrevista com Celso Furtado; Santo guerrilheiro. Entrevista com Dom Pedro Casaldagla; Frederic Clairmont: As 200 corporações que controlam o mundo
- 298. Daniel Bensaid: As questões de outubro; Alain Brossat: Outubro, o acontecimento engolido pelo mito; Daniel Bensaid: Lenin, ou a política do tempo partido. Nos "Textos de formação 1". A Comuna de Paris: Isaac Akcelrud; A revolução russa de 1905, de Isaac Akcelrud
- 299. Roland Lew: Esquecer Lenin?; A civilização do capitalismo tardio e sua cultura. Entrevista com Francisco Louçã. Nos "Textos de formação 2". A revolução russa de 1917: Juarez Guimarães; A revolução alemã: Júlio Tavares



20 ANOS DE EM TEMPO

Por duas décadas *Em Tempo* vem acompanhando os grandes momentos da luta política no Brasil e no mundo, fornecendo informações, análises e orientações para a atividade militante da esquerda brasileira.

Nascido como uma frente jornalística de organizações revolucionárias que lutavam contra a ditadura militar nos anos 70, *Em Tempo* acompanhou o grande ascenso de lutas operárias, populares e democráticas dos anos 80. Engajou-se, então, na construção do Partido dos Trabalhadores, com publicação da Tendência Democracia Socialista do PT.

Em suas páginas ganharam destaque a luta pela anistia, as greves do ABC de 1978/80, a fundação do PT e da CUT, a campanha das diretas em 1984, o movimento pelo *impeachment* de Collor, a atuação dos governos democráticos e populares nas cidades e estados, as campanhas presidenciais de 1989 e 1994, as lutas dos trabalhadores rurais sem terra e do movimento popular urbano, a atuação dos mais variados movimentos

sociais do Brasil.

Em Tempo tem também acompanhado as profundas transformações por que passa o mundo atual, da revolução sandinista à queda do Muro de Berlim, da formação do Sindicato Solidariedade na Polônia ao colapso da União Soviética, da crise do desenvolvimentismo nos países da periferia capitalista à reorganização neoliberal do capitalismo contemporâneo.

Nestes 20 anos, *Em Tempo* tem contribuído para a renovação do pensamento socialista, difundindo os grandes temas da esquerda, das análises do capitalismo contemporâneo ao debate sobre o colapso do estalinismo, das orientações do movimento sindical à disputa de rumos do PT, da formulação das estratégias revolucionárias para os dias atuais aos dilemas da ação dos agentes políticos engajados na luta pela emancipação humana.

E, para os assinantes de apoio, os *Cadernos Em Tempo* são um canal de acesso ao que de mais importante existe no debate marxista atual, bem como a documentos políticos de alcance programático e entrevistas importantes.

Mas a continuidade e melhoria do *Em Tempo* depende somente do apoio de seus leitores. É através da assinatura do jornal que você pode ajudar o *Em Tempo* a continuar cumprindo seu papel insubstituível na esquerda brasileira.

Faça ou renove sua assinatura de *Em Tempo*.

EM TEMPO

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

UF: _____

CEP: _____

FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550

Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EMTEMPO". Nesta edição: Entrevista com **Michael Lowy** sobre a situação do marxismo hoje; *Neoliberalismo: o que é e para onde leva*, de **Régis Moraes**; *Modernização: o espírito que tudo nega*, de **Francisco Louçã**.

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA
SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000
FONE (011) 3667.3476 FAX (011) 3666.5550
E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG
JORNALISTA RESPONSÁVEL: CÉLIA REGINA DE SOUZA
(MTB 18663 DRT/SP) EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA
LEITE, RITA ARAÚJO, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.
TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES PERIODICIDADE: MENSAL

Esse conceito reúne exigências tanto de qualificação profissional (à altura das novas exigências tecnológicas) como de ordem comportamental (que moldam o trabalhador para a polivalência, a "participação" em programas de qualidade total, a "parceria capital-trabalho" etc). A promessa é que se o trabalhador aumentar sua "empregabilidade", terá emprego. Mas os fatos não respaldam essa afirmação.

O modelo econômico neoliberal em implantação desde 1990 elevou os níveis de desemprego e lançou na precarização a parcelas crescentes do mercado de trabalho (quando comparado com os anos 80). Não houve uma explosão de desemprego porque o mercado informal - em particular, algumas atividades dos setores de comércio e serviços - passou a absorver parte dos desempregados dos setores estruturados da economia. E o país teve no início do Plano Real expressivas taxas de crescimento econômico, o que segurou a marcha ascendente do desemprego - mas sem reverter o problema.

Mas desde meados de 1995 ficou evidente que esse plano tinha colocado o país, como seqüela da crise mexicana de finais de 1994 e de acordo com o cardápio dos economistas de FHC, a opção entre a crise de sua balança de pagamentos (que poderia levar a uma crise cambial) ou as baixas taxas de crescimento da economia. Com a opção pela segunda alternativa a política econômica acabaria agravando o problema do desemprego. A resposta do governo à crise externa no último trimestre de 1997 enterrou de vez qualquer perspectiva de recuperação do mercado de trabalho. A expectativa de uma taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de menos de 3% não permite sequer absorver os jovens que estão atingindo a idade de trabalhar.

SEM PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO

A sobrevalorização do real desde 94 devastou o emprego industrial, agravando uma tendência já presente por conta das duas ondas de abertura às importações (em 1990 e em 1993-94). Liberalização das importações com sobrevalorização cambial somadas ao baixo crescimento econômico resultaram em estratégias empresariais centradas na "redução de custos", numa pauta cujo primeiro item é o "corte de pessoal" que redundou no aumento do ritmo e da jornada de trabalho para os que ficam. É assim que mesmo quando há aumen-

IDÉIAS TUCANAS SOBRE O DESEMPREGO

"Eu insisto em que o ponto fundamental é o seguinte: pleno emprego torna os trabalhadores indisciplinados e isso reduz a produtividade"

José Márcio CAMARGO, atual consultor do governo FHC, economista do PT na campanha do Lula em 1994 na revista *Novos Estudos Cebrap*, nº 45, 1996.

"A elite mundial precisa com urgência encontrar formas criativas para civilizar o desemprego, essa mancha escura na alma do pujante e sofisticado capitalismo vencedor"



FRANZ RADZIMILL DENHE - IN THE LAND OF THE GERMAN, 1987

O FANTASMA DO DESEMPREGO

to da produção industrial diminui o emprego nesse setor.

O segundo item é a redução do "custo Brasil" buscando retirar direitos trabalhistas e sociais (o que se expressa no crescimento relativo do mercado informal de trabalho e nas formas de contratação precarizadas, entre as quais a mais recente é a instituída pela lei de contratação temporária aprovada a iniciativa do governo FHC com apoio da Força Sindical).

O terceiro item daquela pauta, quem sabe venha a ser ainda a proposta mais radical do agora ministro do Trabalho, Edward J. Amadeo, para quem "para preservar (ou aumentar) o nível de emprego, o salário real tenha mesmo que

cair para gerar o aumento de competitividade necessário. Daí a importância da flexibilidade salarial." (FSP, 24/03/98, pág. 2-2)

A TIMIDEZ DA ESQUERDA

A ação das forças de esquerda sociais e partidárias tem sido extremamente tímida neste terreno - ao contrário do que vem acontecendo com a questão da terra.

Nos sindicatos (cutistas ou não), até 1997, a principal (e, em geral, única) ação, vinha sendo o desenvolvimento de programas de requalificação profissional financiadas com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para desempregados. Sabe-se, no entanto, que isso não chega a arranhar o problema; no melhor dos casos, muda a posição da pessoa na fila de desempregados que continua do mesmo tamanho ou em crescimento. No pior dos casos,



ONE GUILDFIRE POSAONS

Gilberto DUPAS, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP e do Cebrap, consultor de empresas e do governo FHC na revista *Teoria & Debate*, nº 33, 1997.

"As taxas [de desemprego] foram superiores às que esperávamos, mas poderiam ter sido ainda piores se não tivessem sido tomadas as medidas necessárias durante a crise da Ásia".

Pedro MALAN, ministro da Fazenda na Folha de S.Paulo de 14/03/98.

"O crescimento do desemprego no Brasil tornou-se uma questão de governo após a divulgação dos dados de janeiro (...) Na verdade, o desemprego demorou a chegar ao Brasil. O alarde com o desemprego até meados de 1997, era absolutamente injustificado".

Edward J. AMADEO, nomeado Ministro do Trabalho por FHC em 06/04/98, foi economista do PT na campanha do Lula em 1994 na Folha de S.Paulo de 17/03/98.

"A oferta de empregos tem crescido incessantemente, apesar de os níveis de desemprego mostrarem uma certa oscilação negativa. Por exemplo, no Rio de Janeiro ocorre praticamente o pleno emprego".

Fernando Henrique CARDOSO, sociólogo e presidente da República na Folha de S.Paulo de 20/03/98.

FALTA UM MST DOS SEM-EMPREGO PARA QUE, ASSIM COMO NAS QUESTÕES DE TERRA, O EMPREGO ENTRE NA PAUTA DOS TEMAS POLÍTICAS MAIORES DO BRASIL

GUSTAVO CODAS

tratam-se de cursos de baixa qualidade e de alto custo, que apenas servem para iludir trabalhadores desesperados e para alimentar a demagogia das direções sindicais e dos governos estaduais e federais.

Algumas direções sindicais têm a compreensão de que será cada vez mais inútil reivindicar das empresas emprego e por isso estão empenhadas em alternativas associativas (através de cooperativas e auto-gestão). No entanto, nas dimensões que hoje têm estas experiências (umas 30 empresas que ocupam 6 mil trabalhadores) não apontam para uma alternativa - para o qual as exigências seriam muito maiores (como já mostrou Paul Singer).

Há ainda em vários lugares trabalhos conjuntos entre sindicatos de trabalhadores e MST para que desempregados urbanos se integrem à luta pela terra.

Finalmente, no terreno das relações diretas capital-trabalho surgiram pressões das empresas para "trocar" a "manutenção do emprego" pelo rebaixamento de salários e pela retirada de benefícios e direitos. Os patrões aproveitaram o "clima" criado pela crise de final do ano passado (medo de fechamento de empresas e de demissões em massa) impõem a lógica da redução dos custos das empresas em cima dos direitos do trabalhador sem sequer garantir o emprego (sendo que há casos em que já vêm combinados com demissões). Contam com o apoio "militante" da Força Sindical que é usado para pressionar os sindicatos cutistas a aceitar a "lógica do mal menor".

Mas a chave do problema talvez esteja em que as atuais organizações (sindicais ou partidárias) do movimento operário urbano não organizam desempregados nem trabalhadores precarizados.

Na base da CMP (Central de Movimentos Populares) eles certamente estão, mas a pauta dessa organização é outra. Trata-se pois de um sujeito ausente de uma luta prestes a explodir. As tentativas do PT e da CUT de atuarem como ventríloquos desses setores que estão na ponta da exclusão social urbana, acabam somando para a impotência política da esquerda. Falta um "MST dos sem-emprego urbanos", para que assim como na questão da terra, a questão do emprego entre na pauta das duas maiores organizações do movimento operário brasileiro e da sociedade acompanhada da radicalidade dos que sofrem e dos que lutam.

GUSTAVO CODAS É ASSESSOR DA CUT NACIONAL

OS ÍNDICES DE
DESEMPREGO DO IBGE
ESCONDEM A SITUAÇÃO
REAL DA QUESTÃO
NO PAÍS

GUSTAVO CODAS

Para mentir sobre a situação do emprego em 1997, FHC se escondia atrás dos dados do órgão oficial de pesquisas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tinha números que mostravam que o país tinha uma baixa taxa de desemprego (menor que os países europeus), e que em algumas regiões e momentos estava perto do "pleno emprego".

"Teimosamente", no entanto, as pesquisas de opinião já indicavam o desemprego como a principal preocupação da população.

Em torno à questão de qual é o nível de desemprego, há uma disputa política disfarçada de divergências entre metodologias. A do IBGE é calculada em seis regiões metropolitanas. Até dezembro do ano passado o IBGE registrava níveis em torno dos 5% de desempregados no total da força de trabalho; foi para 7,25% em janeiro e 7,42% em fevereiro de 1998.

A outra metodologia foi elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE) e a Fundação SEADE do governo de São Paulo em meados da década passada. É calculada em sete regiões metropolitanas. Na região da Grande S. Paulo estava em torno dos 14-16% no ano passado; em janeiro de 1998 encontrava-se em 16,6% e em fevereiro alcançava os 17,2%.

As taxas muito diferentes explicam-se pela forma divergente com que cada pesquisa caracteriza situações que fogem à dicotomia "tradicional" (própria da Europa dos anos 1950-70) entre "emprego" e "desemprego". A medição do desemprego baseia-se em dois conceitos principais: (a) a pessoa está realizando atividade remunerada, ou não?; (b) em caso de não estar realizando-a, está procurando emprego, ou não?

A POLÍTICA DOS ÍNDICES DE DESEMPREGO



ROBERT DELAUNAY

Mas que tipo de atividade remunerada é sinônimo de emprego? E como caracterizar que uma pessoa está procurando emprego? As questões são relevante já que no caso brasileiro a escassa proteção social com que conta o desempregado faz com que ele recorra a todo tipo de "bicos", atividades eventuais,

sub-remuneradas etc. e porque tem aumentado também o tempo que os trabalhadores ficam desempregados e como buscar emprego exige recursos por parte da pessoa, mesmo precisando, ela não sai todos os dias à procura de um.

DIFERENÇAS COM O DIEESE

Em relação a essas questões, o DIEESE sistematizou as principais diferenças entre ambas metodologias nos

seguintes pontos:

- Todos aqueles que não procuraram trabalho nem exerceram qualquer atividade na semana de referência da pesquisa, ainda que tenham procurado no decorrer do mês, são classificados como inativos pelo IBGE. Isto é, não estariam nem ocupados nem desempregados, mas simplesmente fora do mercado de trabalho. O DIEESE/SEADE os inclui entre os desempregados;

- Aqueles que exerceram algum tipo de atividade irregular e descontínua em simultâneo à procura de trabalho, que formam o contingente em "desemprego oculto pelo trabalho precário" na classificação do DIEESE/SEADE, são classificados como ocupados pelo IBGE, se tal atividade tiver sido realizada na semana de referência, ou como inativos, se a atividade não ocorreu na semana;

- Aqueles que não trabalharam nem procuraram trabalho no mês anterior, por sentirem-se desestimulados pelo mercado de trabalho, mas procuraram nos doze meses anteriores, são contados pelo DIEESE/SEADE como em "desemprego oculto pelo desalento" e pelo IBGE como inativos.

- O IBGE exclui as crianças de 10 a 14 anos dos seus indicadores, embora as informações sobre este segmento sejam captadas também pela pesquisa dessa instituição. O DIEESE/SEADE as considera inativas (se não trabalham nem procuram emprego), ocupadas (se trabalham) ou desempregadas (se não trabalham mas procuram emprego).

Para ter uma dimensão do impacto que estas diferenças de interpretação podemos recorrer a uma comparação concreta: do total de desempregados registrados pelo DIEESE/SEADE na Grande São Paulo em 1995, só 39% eram reconhecidos como tais pelo IBGE, 36% eram considerados "inativos", 18% apareciam enquadrados como "empregados" e 7% tinham de 10 a 14 e não eram considerados.

GUSTAVO CODAS É ASSESSOR DA CUT NACIONAL

ORGANIZAR OS DESEMPREGADOS!

O diagnóstico é consensual no campo democrático-popular. O desemprego, que é um dos grandes problemas sociais desta década, não é ainda um problema político. Por isso, o governo FHC tem ampla margem de manobra para apresentar tímidas políticas compensatórias como a resposta adequada à situação.

O contraste com a questão da terra é evidente e ajuda a entender as limitações da política da esquerda em relação ao tema do desemprego. Nesse caso há uma organização dos excluídos da terra, o MST e há reivindicações imediatas claras e lutas de massas em torno a elas (marchas, ocupações, etc.). Essas reivindicações estão articuladas com um projeto nacional e a opinião pública foi ganha para a ideia que a Reforma Agrária é uma bandeira de interesse da maioria da população e não apenas dos sem-terra. Devemos ter em mente estas questões



ao encaminharmos o plano de lutas definido pela CUT Nacional que tem a questão do emprego como seu eixo principal. A Direção Nacional de março passado definiu que os atos de 1º de Maio devem abrir uma mobilização que através de caravanas vindas dos quatro pontos do país cheguem em Brasília para um grande ato contra o desemprego no dia 20 de maio.

Todos nossos esforços devem estar concentrados para que com o sucesso dessas

iniciativas a denuncia do desemprego ocupe o centro do cenário político.

Mas devemos inserir essa iniciativa em uma estratégia mais ampla e permanente. No caso do Rio Grande do Sul esse debate tem sido feito a partir do acúmulo de duas grandes marchas realizadas no último período que foram construídas graças à articulação de um amplo leque de forças políticas e sociais através de uma coordenação unitária permanente que abrange a CUT e seus sindicatos filiados, sindicatos não filiados, pastorais da Igreja Católica, movimentos de moradia, movimento estudantil, partidos de oposição e outras organizações populares.

Nesse período se fez também um cadastramento de desempregados.

Isso colocou a pergunta: o que fazer com eles? Era necessário, em primeiro lugar, não criar ilusões. Esse cadastro serve para se ter um perfil dos desempregados em diversas regiões do Estado e ajuda na hora de organizar e convocar os desempregados para as lutas. É uma ferramenta para iniciativas de formação de lideranças, programas de requalificação e projetos de geração de renda.

CONGRESSO DOS DESEMPREGADOS

Mas era preciso ir além. Dai surgiu a proposta, aprovada pela direção da CUT-RS, de convocar um Congresso Estadual de Desempregados para agosto de 1998, precedido de Congressos Regionais. (A proposta do Congresso Estadual de Desempregados foi encampada pela direção nacional da CUT, cabendo às CUTs Estaduais seu encaminhamento).

Esse Congresso tem a tarefa de definir tanto uma plataforma de reivindicações e propostas dos desempregados do Estado, como de debater o problema organizativo. O que se coloca é: os desempregados devem se organizar por dentro de seus sindicatos de origem ou devem criar comitês próprios? A CUT aspira a organizar no seu interior os desempregados, como o faz, a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA).

Respondendo a estes desafios estaremos dando voz aos desempregados e criando as condições para transformar a questão do desemprego em um problema político.

Francisco Vicente



JOHANNI CAULDE CHRISTO

SETE ANOS DE PRIVATIZAÇÕES

O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi apresentado em 1990 pelo governo Collor como uma parte fundamental do seu programa de ajuste. A proposta era uma "privatização relâmpago" capaz de gerar recursos de 2,5% do PIB apenas em 1990. De acordo com o BNDES, gestor do programa, seus cinco objetivos são: a) "mudança do papel do estado", concentrando recursos nas áreas sociais; b) redução da dívida pública; c) "retomada dos investimentos (...) com os recursos de seus novos proprietários"; d) "aumento da qualidade de bens e serviços ofertados à população"; e) fortalecimento do mercado acionário, com pulverização do capital.

Sucesso de vendas no mercado ideológico, uma avaliação do impacto econômico ou social das privatizações mostra que, mesmo se nos limitássemos a seus objetivos declarados, a venda das principais empresas estatais está longe de ter produzido um efeito positivo para o país.

A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Quase sete anos depois da venda da primeira empresa estatal através do PND (a Usiminas, em outubro de 1991), as privatizações entram em nova e decisiva fase. Começam a ser vendidas as companhias que respondem pelo fundamental dos serviços públicos de telecomunicações e energia, setores mais rentáveis e que interessam mais diretamente ao grande capital internacional. Além disso, começam também as privatizações de empresas estaduais, não incluídas no PND.

A primeira fase do programa atingiu principalmente os setores siderúrgico e petroquímico, essencialmente produtores de mercadorias vendidas a grandes consumidores privados - aço e insumos para a indústria plástica e química (as

exceções foram a Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas - e a Embraer). Uma das principais características desse período é a concentração da propriedade - seis grandes grupos controlam a produção de aço mas a CSN e o BNDES têm defendido a sua redução para três; o grupo Odebrecht controla 60% da produção da matéria-prima da indústria de plásticos e pode aumentar sua participação se concretizar a compra da Conepar, controlada pelo Banco Econômico. Além disso as vendas foram baseadas quase que exclusivamente nas chamadas moedas podres, títulos da dívida pública que eram comprados com grandes deságios no mercado secundário. No período que vai de 1991 a 1995, 80% dos 9,6 bilhões de dólares arrecadados foram pagos com esse tipo de "moeda" - do total das privatizações federais até agora, cerca de 9 bilhões de dólares

(49,4% dos US\$ 17,96 bilhões de dólares arrecadados) foram pagos com moedas podres.

Uma segunda fase do programa de privatizações pode ser caracterizada a partir de 1996. É o período em que começam as vendas das chamadas "jóias da coroa" entre as estatais brasileiras e inclui o fundamental dos serviços de utilidade pública, especialmente energia e telecomunicações, a Vale do Rio Doce, as concessões para exploração de ferrovias e bancos como o Meridional, o Banerj e ainda este ano a venda do Banespa. (Ver quadro abaixo)

IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL

Apesar do volume de recursos arrecadados pelas privatizações e pelas concessões de serviços ao setor privado, seu impacto na redução da dívida pública,

AS PRIVATIZAÇÕES ENVOLVEM AGORA EMPRESAS DE SERVIÇOS À POPULAÇÃO. A QUEDA NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO TORNA MAIS URGENTE O COMBATE À PILHAGEM DOS BENS PÚBLICOS

FÁBIO PEREIRA

seja federal ou dos estados, tem sido muito pequeno. A dívida líquida de todo o setor público brasileiro passou de 24% do PIB a mais de 35% do PIB entre 1993, quando FHC assumiu o Ministério da Fazenda de Itamar, e o início de 1998 (aumento de quase 80 bilhões de dólares). Ou seja, o impacto da venda de boa parte do patrimônio público sobre a dívida não só não conseguiu diminuí-la como ficou longe de conseguir sequer conter o seu crescimento. As gigantescas contas de juros que os governos vem pagando para atrair capital externo e manter a atual política econômica consumiram os recursos das privatizações e deixaram em seu lugar apenas um rombo quase 50% maior do que o encontrado inicialmente. (Ver tabela na página 6).

Do ponto de vista do aumento da produção, o quadro não é diferente. Segundo estudo publicado pela *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, em outubro de 1996, o faturamento das empresas siderúrgicas como um todo, em dólares, caiu em 1996 para quase metade do alcançado em 1989. A produção física e as exportações ou estagnaram ou cresceram abaixo da média da indústria nacional. Apenas no que se refere ao lucro as siderúrgicas experimentam hoje uma situação qualitativamente diferente, fruto dos enormes ganhos conseguidos com a recomposição de preços e com a brutal redução de pessoal que implementaram logo após as privatizações.

Se o impacto econômico das privatizações é reduzido, o impacto social tem sido expressivo. Segundo o mesmo estudo, as empresas siderúrgicas passaram por um processo de ajuste que significou a demissão de cerca de 80 mil trabalhadores. Só a CSN demitiu aproximadamente 13 mil trabalhadores entre 1989 e 1997, mais da metade após a privatização. A Acesita demitiu 67% da mão-de-obra, a CST (Tubarão) 39%, a Usiminas 33%. A mesma tendência tem sido verificada nas privatizações do setor elétrico. É o caso da Light, que demitiu 40% do seu quadro de pessoal. A Vale do Rio Doce demitiu quase 5.000 pessoas (30% dos trabalhadores).

UMA NOVA FASE

A venda das empresas de serviços públicos marca uma nova fase das privatizações. Seu potencial de arrecadação pode ser avaliado a partir do valor alcançado pelas empresas elétricas já

PRIVATIZAÇÕES

PRINCIPAIS EMPRESAS VENDIDAS A PARTIR DE 1996

Venda do controle (federal)

Rede Ferroviária Federal (dividida em 6 empresas): Light (RJ), Vale do Rio Doce, Porto de Santos (parcial), Banco Meridional

Venda do controle (estadual)

Cerj (RJ), Banerj (RJ), CEG - Cia Estadual de Gás - RJ, Riogás (RJ), Coelba - Cia de Elet. da Bahia, Credireal (MG), Usina de Cachoeira Dourada (GO), CEEE - Cia estadual de Energia Elétrica (RS), CPFL - Cia Paulista de Força e Luz, Enersul (MS) Cemart - Centrais Elétricas de Mato Grosso, Energipe (SE), Cosern - Cia de Saneamento do Rio Grande do Norte, Metro do RJ, Coelce - Cia de Eletricidade do Ceará, Cia Metropolitana de Distribuição de Energia (desmembrada da Eletropaulo)

Venda parcial de ações

CRT-RS, Copel-PR, Cemig-MG, Sabesp-SP

AS PRINCIPAIS PRIVATIZAÇÕES PREVISTAS

Federais

Transporte Ferroviário: Valec e Fepasa; Portos: Angra dos Reis, Aratu, Areia Branca, Barra do Riacho, Belém, Cabedelo, Cáceres, Corumbá, Estrela, Forno, Fortaleza, Ilhéus, Itajaí, Itaqui, Ladário, Laguna, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Niterói, Porto Velho, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santarém, Sepetiba, Vila do Conde, Vitória, Óbitos; Setor Elétrico: Eletrabrás, Lighpar, Eletronorte, Chesf, Furnas, Eletrosul (Gerasul), Usina Alegrete, Ceal; Telecomunicações: Banda B - Telefonia Celular, Embratel, Telebrás; Bancos: BANESPA.

Estaduais

Água/Saneamento: CEDAE, CESAN, SABESP; Transportes: LUMITRENS; Terminais: Coderte; Setor Elétrico: CELPA, CEPISA, CERON, ELETROACRE, CELPE, CESP, ELETROPAULO - Bandeirante de Distribuição, ELETROPAULO - Paulista de Transmissão, CEMAR (distribuição); Bancos: BEMAT, BANDEPE; Gás: Congás, Bahiagás, Cegás; Informática: PROCERGS.

CONTINUA PÁG. 6

privatizadas e pelos valores pagos pelas concessões para exploração privada da chamada "banda B" da telefonia celular. A expectativa do governo é elevar os recursos da privatização a valores muito superiores aos até agora gerados, podendo chegar a mais de 32 bilhões de dólares apenas em 1998.

Mas a medida que as empresas com maior potencial de lucratividade começaram a ser vendidas, surgem novas preocupações. A primeira delas é com a qualidade dos serviços oferecidos por empresas que buscam o maior lucro no menor tempo possível. É bem ilustrada pelo desenvolvimento da Light, do Rio de Janeiro. Comparada pela estatal francesa EDF, em associação com as americanas Houston Industries e AES, CSN e com o próprio BNDES, a empresa passou de 102 para 531 reclamações no Procon entre 1995 e 1997. O aumento de 10% no valor da tarifa em abril de 1997 e os vultosos empréstimos concedidos pelo BNDES parecem ter sido



JANNE-CLAUDE CHRISTO

Recursos Arrecadados até 1997 - US\$ Milhões

Setores	Venda do controle	Dívidas abatidas	Total
Siderurgia	5.562	2.625	8.187
Petroquímica	2.698	1.003	3.701
Fertilizantes	419	75	494
Elétrico	3.027	588	3.615
Ferrovário	1.491	-	1.491
Mineração	3.305	3.559	6.864
Portuário	251	-	251
Financeiro	240	nd	240
Outros	344	269	613
Total	17.337	8.119	25.456
Venda de ações	619	0	619
Total	17.956	8.119	26.075
Priv. Estaduais	14.900		
Total Geral	32.856		

Fonte: Página do BNDES na Internet (www.bndes.gov.br)

completamente apropriados como lucro da empresa, que passou de um prejuízo de 116,5 milhões de reais em 1995 para um lucro de 324 milhões em 1997.

DESNACIONALIZAÇÃO E MONOPÓLIOS PRIVADOS

A desestatização é também um processo de desnacionalização. Na venda das empresas do setor de serviços públicos os grandes compradores são capitais internacionais. Apesar de não haver um número preciso para a participação do capital internacional, as estimativas mais conservadoras vão de 13% (BNDES) a 17,4% (Revista *Carta Capital*, 15 de abril de 1998), isto antes da aquisição da principal fatia da Eletropaulo pela Light e sem considerar as concessões da Banda B da telefonia celular.

A venda das estatais, além do objetivo formalmente anunciados passa a ser uma variável decisiva na atração dos capitais necessários para fazer frente ao déficit nas transações correntes do país, que já atinge mais de 4% do PIB. O esforço do governo nesse sentido tem chegado ao ponto de o BNDES participar como sócio comprador no leilão da Light e de atuar como financiador de empresas internacionais em vários outros processos (ver box).

A experiência das privatizações em

outros países, especialmente na Inglaterra tem mostrado que os setores chamados de "utilidades públicas", como é o caso dos serviços de água, telecomunicações (linhas fixas e serviços de longa distância) e energia elétrica, estão entre os mais lucrativos do mundo, desfrutando dos chamados "monopólios naturais", por possuírem características que formam irracional do ponto de vista econômico a existência de competição entre duas ou mais empresas. O novo governo inglês está inclusive cobrando um "imposto sobre lucros extraordinários" que deve chegar a alguns bilhões de libras sobre estes setores.

No Brasil este quadro se agrava, pois essas privatizações estão sendo precedidas de enormes reajustes das tarifas e praticamente não há regulamentação ou formas de controle social sobre os setores que estão em privatização. Ou seja, além do impacto sobre o emprego, as empresas que estão adquirindo o controle desses setores vão se beneficiar de

níveis de tarifas que lhe asseguram taxas de lucro ainda mais exorbitantes. Seus ganhos de produtividade, via demissões e queda da qualidade dos serviços, vão ser integralmente apropriados pelos controladores, longe de qualquer idéia de vantagens para os consumidores apregoadas pelo discurso privatizante. Os consumidores de baixa renda dificilmente terão acesso a esses serviços, pois a estrutura das tarifas também está sendo modificada, eliminando-se os chamados "subsídios cruzados", que fazem com que os consumidores de maior poder aquisitivo ajudem a financiar os de baixa renda.

encontraram pouca receptividade. Mesmo no campo democrático e popular houve pouco empenho na luta contra as privatizações, em geral sob o argumento de que a defesa das empresas estatais seria uma causa impopular.

Com a passagem para a venda das empresas de serviços públicos, a necessidade de questionamento da privatização/desnacionalização em curso torna-se cada vez mais aguda. O papel estratégico de setores como saneamento, eletricidade e telecomunicações é flagrante, sendo operados por empresas públicas na grande maioria dos países europeus. Responsáveis diretos por serviços essenciais à população, possuem um maior potencial de mobilização em defesa da sua qualidade e da manutenção desses serviços como propriedade do Estado. Nas condições do Brasil, isso é condição para que o conjunto a população tenha acesso a eles e imprescindível para defender os interesses estratégicos do país. A destruição da capacidade de decisão estratégica do setor público nesses setores, em especial em países como o Brasil, com grandes necessidades de investimentos e ainda longe da universalização do acesso a esses serviços, só encontra justificativas na ideologia de capitalismo do século XIX que o neoliberalismo tenta vender como modernidade.

Nas campanhas eleitorais que começam, tanto nos planos estadual quanto federal, a questão das privatizações deverá voltar à tona. É o que já se viu nos debates que antecederam as prévias no Rio Grande do Sul e em São Paulo e em declarações contraditórias de Lula e Brizola à imprensa. O enfrentamento da questão sem subterfúgios será essencial para que a esquerda consiga reconstruir credibilidade para seu discurso contra o neoliberalismo. Nos governos estaduais ou no governo federal, o compromisso com a suspensão dos programas de privatização em curso e com a revisão das privatizações já realizadas é imprescindível para implementar uma política de universalização dos serviços públicos essenciais e, no plano federal, para retomar um projeto de crescimento econômico com criação de empregos e distribuição de renda.

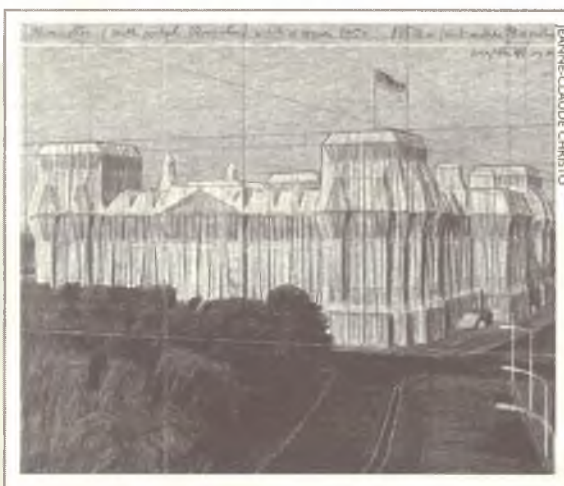
A LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

A primeira fase das privatizações encontrou na sociedade um ambiente extremamente favorável ao discurso de enxugamento do Estado. As tentativas de mobilização contra a privatização dos setores siderúrgico e petroquímico

CONTROLE PRIVADO, DINHEIRO PÚBLICO

A revista *Carta Capital* de 15 de abril publicou uma análise interessante sobre como o setor público, em especial os fundos de pensão de empresas estatais e o BNDES, tem fornecido recursos para as privatizações. Através de intrincados mecanismos de associação e financiamento, recursos públicos financiaram mais de um quarto do total arrecadado pelos Estados e pela União (não incluídos o uso de moeda podre nem os financiamentos nos contratos de concessão da telefonia celular). Reproduzimos aqui alguns dados apurados pela revista, acrescidos de outras fontes:

- * Os fundos de pensão entraram com 4,4 bilhões de dólares.
- * O BNDES financiou 2,93 bilhões de reais para compra de estatais, não incluída a privatização da Eletropaulo.
- * O mesmo BNDES emprestou 2,83 bilhões para os Estados, por conta de antecipação de receitas de privatização.
- * Um consórcio chamado Guaraniânia, controlado pela Brasilcap e fundos de pen-



JANNE-CLAUDE CHRISTO

são, entrou com 1,7 bilhão de dólares.

- * O BNDES Participações comprou ações no valor de 615 milhões de dólares.
- * A Petrobrás entrou com US\$ 37 milhões.
- * Os fundos de pensão e o BNDES passaram a controlar empresas antes privadas no valor de US 400 milhões.
- * O controle das empresas, embora exercido por setores privados (ou estatais estrangeiros, como é o caso da Light e Eletropaulo) depende dos fundos de pensão e do BNDES em várias empresas: Vale, CPFL, Light, Eletropaulo, Usiminas, Coelba, Cosern/CEEE - Norte/Nordeste, CSN, CRT, Cosipa, Acesita, CST e Embraer entre outras. O Tesouro Nacional está emitindo 1,5 bilhão de reais em títulos para que o BNDES financie a privatização do sistema Telebrás (*Gazeta Mercantil*, 22.04.98).

POR UMA CAMPANHA DE ESQUERDA

A evolução da conjuntura vem confirmando que há um grande potencial para uma campanha presidencial de esquerda e de mobilização popular. Isto evidencia o quanto é grande o atraso em estabelecer um rumo coerente para a campanha de Lula, superando o imobilismo político e um conjunto de equívocos.

Os fatos estão demonstrando, em primeiro lugar, que a única opção de uma plataforma alternativa ao neoliberalismo está nas mãos do PT e partidos aliados. FHC conseguiu se impor como a única candidatura forte do campo neoliberal, comprando o PMDB e subordinando o PPB de Maluf – restando apenas a candidatura de Ciro Gomes, até agora com diminuta expressão. FHC pôde fazer isso porque tem o apoio dos principais setores da burguesia do país e, obviamente, do capital internacional. As disputas políticas interburguesas, que existem, estão subordinadas a este pacto e circunscritas aos estados. Mais do que eventos conjunturais, estes acontecimentos mostram a falta de espaço, no momento, para propostas de direita concorrentes com a de FHC.

O mesmo não ocorre no plano da disputa política mais geral, que tem como pano de fundo as grandes contradições sociais intensificadas pelo neoliberalismo e seu regime político. FHC não tem conseguido – e é improvável que consiga – se apresentar novamente como portador de soluções para o conjunto da população. Ao contrário, é mais identificado hoje com as forças políticas que desde a ditadura vem dirigindo o país – uma aliança que abrange desde aqueles comprometidos com a tortura até os que formaram o núcleo do governo Collor –, com o desemprego, com a repressão aos Sem Terra e com o desrespeito aos direitos humanos, com o empobrecimento crescente do povo, com a estagnação e a entrega do patrimônio do país, com a crise geral de todos os serviços públicos. FHC conta com respaldo de vastos setores populares devido a fatores econômicos e políticos como a estabilização que, mesmo sob maior risco, prossegue e o apoio ativo da mídia e das classes dominantes. E também devido à incapacidade de estruturarmos uma oposição política de esquerda à altura das exigências.

Assim, se para os setores de direita, que se opõem parcialmente a FHC, falta espaço, para a esquerda o potencial de apoio e de mobilização para a luta política aumentou.

ENSAIOS DE NOVAS LUTAS

Começamos a ter sinais de avanço na confluência entre lutas urbanas e dos sem terra. Os atos do dia 17 de abril fazem parte deste esforço. Temos pela frente um período onde estará colocada a tarefa de despertar o mais amplo conjunto de manifestações, que podem ir desde a participação solidária até atos massivos de conquista de direitos e de exigência de medidas públicas em favor do povo. Destacando-se as lutas pela reforma agrária e pelo emprego, desenhasse um campo de amplas possibilidades de lutas pela educação, moradia, saúde, condição de vida, direitos humanos.

Estamos em uma situação particular-

mente importante para a reorganização do campo popular, de constituição de novas camadas de organizadores. Depois de sofrer por um longo período – que vem desde o último governo militar – os efeitos corrosivos da crise econômica e da adaptação rápida do país a um cenário internacional adverso, vários movimentos sociais começam a se reanimar. São movimentos urbanos de massas empobrecidas, tendo como referência a ação dos trabalhadores sem terra. Neste contexto o MST, que mantém uma decisiva e heróica atividade de massas, é também um incentivo à ação de outros movimentos e à sua unificação. Esta é uma situação bastante diferente daquela vivida na década de 80,

na qual o ascenso de massas tinha como motor a classe trabalhadora industrial. Mas a integração deste setor ao esforço de reconstrução de um movimento político de massas continua a ser um objetivo central.

Mas, na questão decisiva da resistência ao neoliberalismo, o Brasil está atrasado. Há algum tempo atrás podíamos dizer que o país estava na vanguarda da resistência à implantação do neoliberalismo. Hoje, porém, há processos de luta mais avançados no plano internacional.

Não é demais repetir que o neoliberalismo não pode ser derrotado apenas no plano eleitoral – neste campo pode assimilar revezes e impor políticas mes-

HÁ UM GRANDE POTENCIAL PARA UMA CAMPANHA DE ESQUERDA E DE MOBILIZAÇÃO POPULAR. PORÉM, SÃO GRANDES O ATRASO, O IMOBILISMO E OS EQUÍVOCOS QUE MARCAM A CAMPANHA LULA ATÉ AGORA

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

mo a governos que se proclamam opositores. Do mesmo modo, é claro também que a resistência de massas, se não se vincular a um projeto transformador e não obtiver vitórias políticas, tem seus limites estreitados e está sujeita a grandes derrotas.

Assim, reconstruir um movimento de massas em conjunto com um projeto político alternativo para o país são as principais tarefas da esquerda brasileira. Depois de 1989 ainda não encontramos uma sincronia para estes dois processos. Por isso é preciso explorar as potencialidades do momento atual sob esta perspectiva.

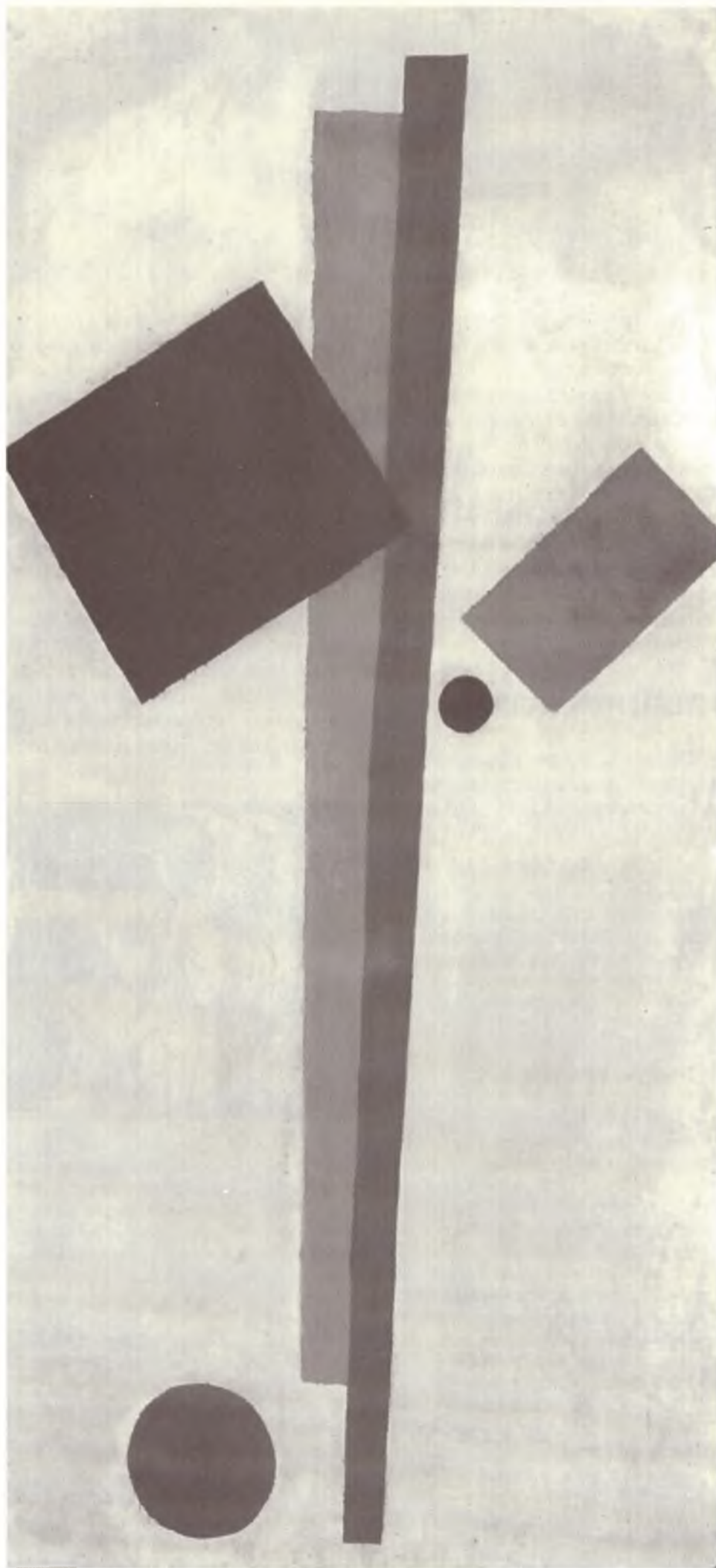
Podemos alcançar um desenvolvimento político de maior profundidade se tivermos como contrapartida à reanimação dos movimentos sociais uma postura de esquerda na nossa campanha presidencial e nos estados. Este é o papel da campanha Lula. Se ele for cumprido – é para isso que lutamos – poderemos dar passos significativos para construir um projeto político nacional que corresponda aos interesses populares. Isto, em conjunto com a confrontação política, o desgaste e a denúncia de FHC, pode significar um reforço e alento para as mobilizações e, sobretudo, um enorme avanço na reorganização do campo democrático-popular. São elementos que alteram a conjuntura política e permitem, ao mesmo tempo, nutrir a campanha de Lula de efetivo (e ativo) apoio de massa – mais do que qualquer aliança entre partidos.

PROBLEMAS DE DIREÇÃO

É nítido que a campanha de Lula não tem ocupado este espaço. Ainda que um conjunto de circunstâncias possa ser citado como atenuante – o partido ainda está definindo as candidaturas estaduais, as alianças não estão concluídas – as razões do imobilismo que cerca nossa candidatura presidencial devem ser buscadas muito mais nos impasses da direção partidária. Não há ainda uma visão hegemônica do papel a cumprir com a candidatura Lula.

Para os setores que se prendem exclusivamente a uma lógica eleitoral – para não falar dos que vivem o desconsolo da centro esquerda perdida – persiste uma relativa desorientação política e uma total dependência da política de alianças. Esta postura têm levado a sérios equívocos, como o de colocar as

CONTINUA NA PÁG. 8



alianças acima da unidade do partido (Rio e Pernambuco); o de confundir aliança nacional com a obrigatoriedade da sua repetição em cada estado – desconhecendo que partidos como o PDT e PSB não são unificados e que em vários estados fazem aliança com a direita ou mesmo fazem parte da direita (como o PDT em São Paulo) – e, mais grave ainda, o de subordinar o ritmo da campanha à confusão e às limitações mais do que sabidas destes partidos. Na prática esta política tem como resultado o imobilismo e a incapacidade de construir a hegemonia do PT face ao conjunto de setores que podem participar da frente em torno a Lula. Não consegue explorar o que de mais positivo a conjuntura nos oferece. Não consegue, portanto, dirigir o partido na atual situação política. Lutamos para superar estes impasses e descaminhos.

AS LIÇÕES DE 1996

Além de trazer de volta, como referência, nossa campanha de 1989 – como em vários ocasiões insistimos – é preciso retomar também as lições das últimas eleições, 1996. Neste ano, foram colocadas em prática duas grandes orientações de campanha. Onde o partido manteve a identidade com os trabalhadores e suas lutas foi vitorioso. Foi o caso de Porto Alegre, Belém, Caxias do Sul, Rio de Janeiro (com Chico Alencar, onde o partido acumulou forças e fez uma brilhante campanha de massas, superando em muito o pífio desempenho do PDT), Maceió, Natal, Campo Grande, Salvador e em tantas outras cidades. Em São Paulo – onde Luiza Erundina e as candidaturas majoritárias fizeram de tudo para “atrair” o PSDB, parecer de centro esquerda e esconder a estrela do PT – fomos derrotados eleitoral e politicamente.

O PT pode fazer, portanto, uma campanha militante e com identidade social. Na verdade, esta é a opção coerente e a única compatível com o lugar de fato ocupado pelo PT na disputa política em curso. Mesmo assim esta ainda não é a posição da direção partidária. E para que venha a ser é preciso combinar vários elementos, avançar em posições de esquerda em vários planos: na cam-
 nha nos estados, no debate político nacional, a postura do candidato, na pressão dos movimentos sociais, na mobilização dos filiados e nas iniciativas da esquerda partidária. As responsabilidades da esquerda partidária – que protagonizou muito das campanhas vitoriosas de 1996 – continuam grandes, mas é importante, ao lado do debate interno, trabalhar para superar a fragmentação e os interesses eleitoreiros. É preciso retomar a velha idéia de atuação partidária comum frente aos inimigos políticos.



ELIZABETH LISZINSKI/LUMINILLO, 1989

panha nos estados, no debate político nacional, a postura do candidato, na pressão dos movimentos sociais, na mobilização dos filiados e nas iniciativas da esquerda partidária. As responsabilidades da esquerda partidária – que protagonizou muito das campanhas vitoriosas de 1996 – continuam grandes, mas é importante, ao lado do debate interno, trabalhar para superar a fragmentação e os interesses eleitoreiros. É preciso retomar a velha idéia de atuação partidária comum frente aos inimigos políticos.

A QUESTÃO PROGRAMÁTICA

De outro lado, é preciso superar logo o “silêncio” programático que tem cercado a campanha de Lula. O atraso e a

precariedade da elaboração da plataforma é significativo quando comparado com 1989 e 1994. Mais grave é o distanciamento entre as primeiras propostas apresentadas, que seriam levadas ao debate do Encontro Extraordinário. Nestas se aprofunda a diferença entre os enfoques dos dois grandes campos partidários. A proposta sugerida pela Articulação-Unidade na Luta é francamente moderada e não serve de base para estruturar uma alternativa. Basta citar que sua visão internacional considera possível democratizar o FMI e o Banco Mundial... refletindo a perda de capacidade crítica deste setor frente ao capitalismo. A consequência óbvia é caminhar para um projeto nacional com

baixo grau de conflito com os interesses do capital e com baixa – ou nenhuma – capacidade de mobilizar o povo.

Nossa proposta – mesmo que seja difícil chegar a um programa muito acabado – deve acentuar nossa incompatibilidade com a ordem capitalista internacional. Este é o ponto de partida básico e sem ele não é possível estabelecer uma alternativa ao neoliberalismo. Ela deve ser a base para a elaboração da plataforma – cujo processo de formulação prevê debates com os movimentos, no PT (culminando no Encontro Extraordinário transferido para junho) e com os demais partidos na frente.

O LUGAR DAS ALIANÇAS

A dependência da campanha face às alianças é, como dissemos, um equívoco. Não porque as alianças não sejam importantes mas porque inverte o problema e torna nossa campanha subordinada à confusão, inconsistência e tendência à conciliação com a burguesia que estão presentes com muita força nos demais partidos. Verdade é que estes problemas também existem no PT, mas em escala menor, sob pressão das lutas e das vanguardas sociais (que têm com uma PT uma relação ou de organicidade ou de simpatia, ainda que com críticas) e de uma grande parcela do partido que não aceita esta orientação (e que tem conseguido influir de forma importante na direção do partido).

Toda a política de alianças em curso começou “torta”, em torno ao projeto de uma candidatura “única” das oposições e incluía até figuras como Ciro Gomes. Inviabilizada a candidatura de “centro esquerda”, a política de alianças continuou. É preciso corrigi-la. E começa com o entendimento do lugar que ocupa: subordinada a uma plataforma política que corresponda às aspirações populares e da classe trabalhadora e a um perfil de frente de esquerda.

Se todo o tempo que já foi gasto com os partidos que podem apoiar Lula tivesse sido investido em ações de campanha junto ao povo e, especialmente, junto aos movimentos que se mobilizam, provavelmente a situação seria hoje muito melhor, inclusive no que diz respeito às alianças.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT



BEARDSLEY

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL VIÁVEL

DR. ROSINHA

Periodicamente surge em um ou outro município o debate sobre a previdência (aposentadoria e pensões) dos servidores públicos municipais. O debate gira em torno de como será arcada as despesas, se por fundos ou institutos previdenciários, ou pelo tesouro do município.

A maioria dos municípios, por obrigação constitucional, criaram e enquadraram seus funcionários no Regime Jurídico Único (RJU) e organizaram Institutos ou Fundos de Previdência municipais, sem nenhum critério, estudos ou cálculos atuariais. Esse regime – estatutário – não permite a contribuição previdenciária, de servidores públicos, para o INSS (antigo INPS), porque não são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas sim por estatuto.

Muitos municípios, ao criarem o RJU e o seu Fundo ou Instituto Previdenciário, tiveram como único objetivo deixar de recolher o INSS e o FGTS que, somados, importavam o repasse de cerca de 20% da folha de pagamento para essas instituições. Outra das razões é que quando as prefeituras

deixavam de contribuir com a Previdência Social (INSS), como ocorreu com muitos municípios, não obtinham certidões negativas para buscarem verbas federais, ou tinham partes das receitas retidas no momento de retirarem o Fundo de Participação do Município (FPM).

DESPESAS IMPAGÁVEIS

Nem todos os municípios criaram seus Fundos, muitos simplesmente mantiveram as despesas com pensões e aposentadorias por conta do Tesouro Municipal. Isso num primeiro momento não traz muitos problemas, mas a médio e longo prazo nenhum município suportará o pagamento dos ativos e inativos por conta do Tesouro. Logo, a soma desse pagamento superará os 60% estabelecidos na chamada Lei Camata. Muitos municípios, a médio prazo, dependendo da variação da receita pode comprometer até 100% da arrecadação própria do município.

Por outro lado, os atuais fundos municipais, provavelmente, também não suportarão pagar as despesas de todos os seus filiados, entre outras, pelas seguintes razões:

1. O Fundo terá que pagar aposentadoria para servidores que contribuíram por algum tempo com o INSS ou outro fundo. Como não existe um sistema de compensação entre os diversos Fundos e o INSS, a aposentadoria desse servidor será totalmen-

te arcada pelo Fundo Municipal, mesmo que o tempo de contribuição seja pequeno. Para que esses Fundos se viabilizem será necessário que o INSS e/ou qualquer outro sistema ao qual foi vinculado o segurado, se responsabilizasse pelo benefício, de forma proporcional ao tempo de contribuição feita pelo segurado.

2. A maioria dos municípios não fizeram estudos atuariais (levando em consideração tempo de contribuição, idade, tempo para se aposentar, alíquota de contribuição, etc.) para criar seus fundos. Cálculo atuarial é uma necessidade básica para qualquer entidade de previdência.

3. As prefeituras geralmente atrasam o repasse para os fundos, prejudicando a aplicação desses recursos para se obter o melhor retorno econômico.

4. Esses Fundos, constituídos, foram organizados num sistema de repartição sim-

ples, em que os trabalhadores de hoje sustentam os de ontem.

REFORMULAÇÃO NECESSÁRIA

No início, provavelmente os Fundos suportarão seu papel, pois a entrada proveniente de contribuições é maior que a saída para pagamento de benefícios. Posteriormente, com o aumento do número de aposentados e com o maior envelhecimento (devido ao aumento do tempo de vida) da população, não eles não conseguirão se sustentar.

Esses problemas e outros, que poderão ser levantados, não devem ser razões para a extinção de Fundos. O que é necessário, é, entre outras medidas, uma reformulação administrativa e jurídica dos Fundos. Fazer com que eles deixem de ser Fundos de repartição simples e passem a ser de capitalização, aos moldes de muitos que já existem em nosso país, como por exemplo o PREVI (Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil). Fundos estatais, constituídos após sérios estudos atuariais e administrados por conselhos democráticos, ou seja, que assegurem a participação dos contribuintes.

Dr. Rosinha é médico pediatra e sanitaria e deputado estadual pelo PT/PR.

AS PREMISAS DA VITÓRIA

Estamos a poucos meses das eleições para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. São eleições decisivas, onde estão definidos os campos em nosso país. De um lado, temos a velha direita oligárquica e os liberais convertidos da era Collor, agora engrossados pelo centro e por alguns balcões de negócios menores – todos identificados na defesa do projeto neoliberal. De outro lado, o nosso campo, democrático-popular, que se opõe ao neoliberalismo e suas consequências desastrosas para o país, como a crescente exclusão social, o desemprego, a destruição da indústria nacional, a ruína dos pequenos e médios empresários, o desmonte e a entrega do patrimônio público, a ameaça permanente e o retrocesso das conquistas trabalhistas históricas, a imobilidade em relação à questão agrária, a crise na área da saúde e da educação e, perpassando tudo isso, o processo recessivo e o constante risco de uma crise cambial e financeira.

NÃO EXISTE "TERCEIRA VIA"

Entre esses dois campos não há possibilidade de uma "terceira via", de um "centro". A decisão será: ou mais quatro anos de projeto neoliberal ou a construção de uma democracia popular que caminhe na direção oposta aos rumos do governo de FHC. Neste quadro, o papel do PT é fundamental. Como o maior e mais consolidado partido de esquerda no Brasil, o PT tem o compromisso de "costurar" o bloco político das esquerdas, com uma decidida oposição ao projeto neoliberal.

Será preciso, dentro dessa perspectiva, uma ampla mobilização nacional, que unifique os diversos movimentos sociais que lutam contra as consequências do neoliberalismo, e uma vigorosa disputa política, que desperte as consciências ainda adormecidas, desvendando para a população as contradições e os interesses sociais do atual governo e de quem o sustenta.

Precisamos, pois, de coesão e identidade programática, com critérios éticos e ideológicos capazes de sinalizar para a grande maioria da população a existência de outros caminhos e despertar a esperança de milhões de brasileiras e brasileiros. Assim, não podemos nos afastar dos movimentos populares, de suas lutas e reivindicações, demarcando claramente com as práticas usuais dos políticos das classes dominantes, como o clientelismo e o fisiologismo. Não será com a conciliação com setores "centristas" que iremos polarizar na disputa política em nível nacional. Só com um projeto claro e demarcatório podemos construir a audiência junto àqueles setores que constituem a grande maioria da população, nos sindicatos, movimento comunitário, entre os agricultores sem terra e de pouca terra, os sem teto, a juventude, os movimentos culturais regionais e religiosos

que representam as amplas massas de assalariados, os desempregados que não possuem razões para defender esse governo.

Além disso, temos que responder a crescente e profunda contradição da política neoliberal com as agressões e ataques aos princípios federativos e à autonomia municipal.

UMA ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

Em outras palavras, para o PT conti-

de, a solidariedade social em detrimento do crescente egoísmo que transforma seres humanos em números de estatísticas frias, inteiramente distanciadas das mulheres e homens reais.

As eleições brasileiras de outubro coincidem com o fim da ilusão neoliberal em razão da profunda crise vivida pelos outrora elogiados "tigres" asiáticos e pelas derrotas eleitorais dos defensores mais firmes desse projeto na Inglaterra, Itália e outros países eu-



FRANCISCO OLIVEIRA/RESP/PA/1992

nuar sendo referência deve preservar as suas origens e apresentar um projeto alternativo ao capitalismo, alicerçado em uma política ampla e de massas. Uma nova hegemonia apenas será possível com a perspectiva de construção de um novo Estado e de uma nova sociedade. Ora, este horizonte implica também na superação dos limites da democracia representativa, o que significa a proposta de uma forma parlamentar superior, com ação direta e democracia participativa, sistema de proporcionalidade eleitoral idêntica em todo país, câmara legislativa única e senado com funções apenas federativas, controle e revogabilidade dos mandatos.

A crise brasileira, na verdade, é um círculo vicioso, sem nenhuma perspectiva de solução a curto prazo, a não ser que as políticas econômica e social que embasam o projeto neoliberal de FHC sejam modificadas radicalmente, o que é impensável com a continuidade no poder do atual bloco das forças políticas conservadoras. Por isso, necessitamos de um projeto alternativo que reorienta o sentido da economia nacional, restabelecendo valores fundamentais como a igualdade

ropeus. Agregue-se a isso, as possibilidades concretas de vitória da oposição no Uruguai e Argentina. As lutas trabalhistas recuperam fôlego em todo o mundo, inclusive nos países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Alemanha e a França, inclusive com milhares de trabalhadores desempregados saindo às ruas para protestar contra a política econômica excludente. No último dia 16, por exemplo, 14 mil trabalhadores da poderosa Kia Motors, da Coreia, conhecida no Brasil como fabricante das vans "Besta", entraram em greve contra os esforços do governo de Seul para vender a empresa e deflagrar uma "reestruturação", cujo significado os operários entenderam muito bem: desemprego em massa. No Brasil, a luta dos trabalhadores sem terra continua sem esmorecimento, e a "insurgência" zapatista em Chiapas, México, se mantém sem que o Governo consiga dominá-la mesmo através das armas. Esses movimentos que contestam a "globalização" revelam toda a potencialidade das lutas sociais que partidos e movimentos políticos precisam incorporar.

O CAMINHO PARA A DISPUTA DO PODER É O DA MOBILIZAÇÃO POPULAR, DA UNIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE SE CHOCAM COM O NEOLIBERALISMO E A LUTA POLÍTICA CONTRA O GOVERNO E SEUS ALIADOS

RAUL PONT

O CAMINHO DAS LUTAS SOCIAIS

Este é o caminho do PT e das demais forças democráticas-populares de nosso país. A participação popular e a luta democrática em todas suas dimensões precisam ter, durante toda a campanha eleitoral que vamos enfrentar nos próximos meses, o espaço apropriado para a reflexão, o debate e a consolidação da nova alternativa que irá construir o poder popular. Não podemos é correr o risco de nos isolarmos dos movimentos sociais e populares, o que acontecerá se ficarmos a meio caminho, na busca de aliados "centristas".

Isso não significa desconhecer o poderoso bloco das forças que sustentarão FHC - o grande capital nacional e internacional, os grandes meios de comunicação e todo o espectro dos partidos que lhe dão sustentação no Congresso - nem as possíveis deserções e rupturas que acarretará.

Importa mais, no entanto, a capacidade de sintonia e de mobilização da chapa do campo democrático popular junto aos milhões que buscam

trabalho, melhores salários, condições de vida no campo e na cidade. Importa mais termos uma resposta concreta e que dê confiança aos pequenos e médios produtores urbano e rurais, bem como às lideranças municipais que sofrem diariamente a reconcentração dos tributos, o esvaziamento de suas economias locais e regionais. Compreensão, sensibilidade e resposta para isso valem mais que a busca de alianças ou apoio de partidos em crise e desagregação.

Temos elementos suficientes para a elaboração de um projeto democrático-popular. Não devemos esquecer um só instante que a luta e a firme defesa dos movimentos sociais nos colocará ao lado da grande maioria da população brasileira. Para isso, temos de manter a nossa coesão programática, a ética interna e a identidade ideológica. Junto com o PDT, o PSB, o PCdoB, o PCB, o PSTU, os Verdes e outras forças de esquerda poderemos entrar no novo milênio com um novo governo e um projeto político que sinalizar para toda a América Latina de que a mudança é possível e desejável.

RAUL PONT É PREFEITO DE PORTO ALEGRE

ATUALIDADE DO MANIFESTO:

EM NOSSOS DIAS, MUITO MAIS QUE NA ÉPOCA DO PRÓPRIO **MANIFESTO**, OS PROBLEMAS URGENTES SÃO INTERNACIONAIS: DA GLOBALIZAÇÃO, A DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO, A CRISE ECOLÓGICA, O DESEMPREGO ETC

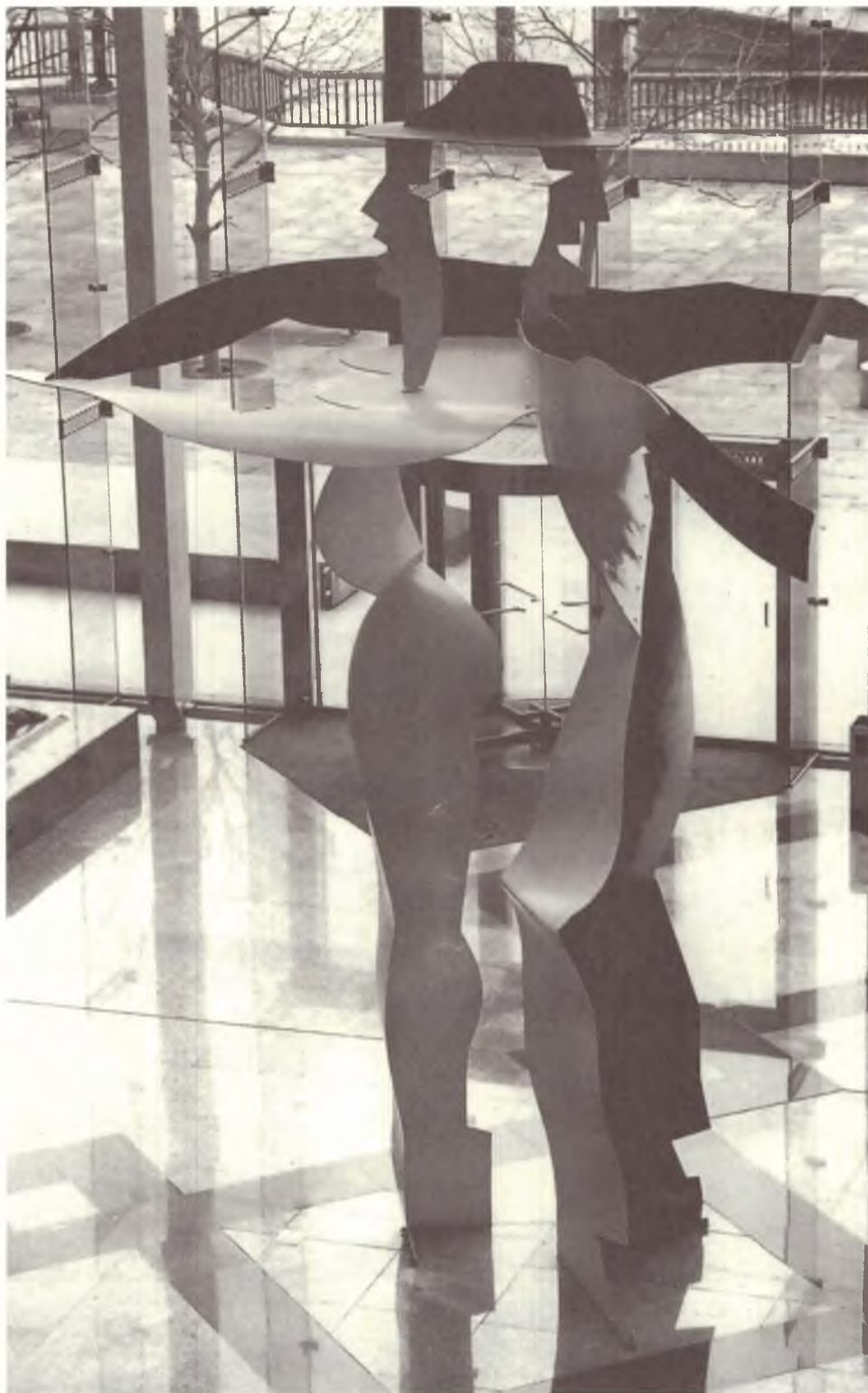
MICHAEL LÖWY

"O marxismo está definitivamente morto para a humanidade". Frequentemente temos ouvido esta afirmação — ou outras semelhantes — nos últimos anos. Ela é repetida uma e outra vez por professores e jornalistas, economistas e políticos, filósofos e colunistas. Mas, na verdade, não é tão nova assim. Para ser preciso, esta frase foi pronunciada, exatamente nestes termos, em 1907 pelo filósofo liberal italiano Benedetto Croce. Aparentemente, seu diagnóstico não foi muito acertado, posto que, dez anos mais tarde, o "morto" mostrou uma inesperada vitalidade nas ruas de Petrogrado e, logo depois, de toda a Europa.

O marxismo foi, é e continuará a ser, enquanto existir o capitalismo, um instrumento insubstituível para entender e para transformar o mundo. O marxismo continua a ser uma bússola preciosa para os oprimidos e os explorados de todos os países. Enquanto vivermos num mundo capitalista, não há maneira de enfrentá-lo, de dar conta de suas contradições e de combatê-lo, sem Marx. Isto não significa, obviamente, que não existam limitações e problemas na obra de Marx, ou que os marxistas não tenham nada a aprender de outras formas de pensamento e de experiência emancipatórias.

O *Manifesto Comunista* é o mais conhecido de todos os escritos marxistas. Nenhum outro livro, salvo a Bíblia, foi tão frequentemente traduzido e reeditado. Naturalmente, ele não tem muito em comum com a Bíblia, salvo a denúncia profética da injustiça social. Da mesma forma que Isaias ou Amós, Marx e Engels levantaram suas vozes contra as infâmias dos ricos e poderosos, e em solidariedade com os pobres e humildes. Assim como Daniel, eles leram a escrita no muro da Nova Babilônia: *Mene, Mene, Tekel Upharsin* (teus dias estão contados). Mas, contrariamente aos profetas do Antigo Testamento, eles não depositavam suas esperanças em nenhum deus, nenhum messias, nenhum salvador supremo: a libertação dos oprimidos será obra dos próprios oprimidos.

Como se poderia prever, existem muitas passagens, idéias e argumentos



ALLEN JONES, OAKGATE, 1977

no *Manifesto* que se tornaram obsoletos, que necessitam ser criticados e desconstruídos. Mas o propósito geral do documento, seu núcleo central, seu espírito — existe algo como o "espírito" de um texto — não é só atual: é mais atual hoje do que 150 anos atrás!

UM DIAGNÓSTICO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Tomemos como exemplo o internacionalismo. O internacionalismo proletário é um dos temas do *Manifesto* que mais inspiraram a imaginação de várias gerações de militantes do movimento operário e socialista. Não é por acaso que as palavras finais do documento, "Proletários de todos os países, unidos!" se tornou o grito de guerra das correntes mais radicais do movimento durante os últimos 150 anos.

Para Marx e Engels, o internacionalismo era não só um aspecto importante de sua estratégia socialista, mas também a expressão de seu humanismo revolucionário, para o qual a emancipação da humanidade era o valor ético supremo e o objetivo final da luta. Eles eram autênticos "cosmopolitas", na medida em que o mundo inteiro, sem fron-

teiras ou limites nacionais, era o horizonte de seu pensamento e de sua ação, assim como o conteúdo de sua utopia revolucionária. No livro *A ideologia alemã*, escrito apenas dois anos antes do *Manifesto*, eles insistiam que só uma revolução comunista, que seria necessariamente um processo histórico mundial, poderia "libertar os indivíduos separados por várias barreiras nacionais e locais, trazendo-os para uma relação prática com a produção (inclusive a produção intelectual) do mundo inteiro, e possibilitando-lhes a aquisição da capacidade de aproveitar esta produção multilateral da Terra inteira (a criação do ser humano)".

O *Manifesto* não oferecia apenas utopia, mas também um incisivo diagnóstico do mundo contemporâneo. O capitalismo, insistiam os dois autores, está levando a cabo um processo de unificação do mundo, submetendo todo o planeta à sua dominação. A burguesia "obriga, sob pena de morte, todas as nações a adotar o mundo burguês de produção; ela as obriga a introduzir a assim chamada civilização em seu seio, isto é, a se tornarem também burguesas. Numa palavra, ela modela o mundo à sua imagem". Isto era, em grande medida, em 1848, uma antecipação de

tendências futuras. Se trata de uma análise que é muito mais verdadeira hoje do que há 150 anos atrás.

Nunca antes conseguiu o capital, como agora, no fim do século XX, exercer um poder tão completo, absoluto, integral, universal e ilimitado sobre o mundo inteiro. Nunca antes pode impor, como atualmente, suas regras, suas políticas, seus dogmas e seus interesses a todas as nações do globo. Nunca antes existiu uma tão densa rede de instituições internacionais — como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Internacional do Comércio — destinada a controlar, governar e administrar a vida da humanidade segundo as regras escritas do livre mercado capitalista e do livre lucro capitalista. Nunca antes estiveram todas as esferas da vida humana — relações sociais, cultura, arte, política, sexualidade, saúde, educação, divertimento — tão completamente submetidas ao capital e tão profundamente imersas nas "águas geladas do cálculo egoísta".

Esta é a razão pela qual o *Manifesto Comunista* nunca foi tão atual como agora, neste fim de século. Entretanto, o documento padece de uma série de limitações, que resultam não de um excesso de zelo revolucionário, como o afirmam a maioria dos críticos do marxismo, mas, pelo contrário, de uma postura insuficientemente crítica em relação à civilização industrial-burguesa moderna. Vejamos alguns exemplos:

POSTURA POUCO CRÍTICA

1. De maneira tipicamente eurocentrista, Marx e Engels elogiam a burguesia porque ela "arrasta na corrente da civilização até as nações mais bárbaras". Eles parecem considerar a denominação colonial do Ocidente como parte do papel histórico "civilizador" da burguesia: "Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, as nações bárbaras ou semibárbaras às nações civilizadas, ela subordinou os países agrícolas aos países industriais, o Oriente ao Ocidente".

Em escritos posteriores, Marx assumiria uma postura muito mais crítica em relação ao colonialismo ocidental na Índia e China, mas foi necessário esperar pelos teóricos modernos do imperialismo — Rosa Luxemburgo e Lenin — para que fosse formulada uma denúncia marxista radical da "civilização burguesa" do ponto de vista de suas vítimas nos países colonizados. E só com a teoria da revolução permanente de Trotski é que aparece a compreensão de que as revoluções socialistas começarão mais provavelmente na periferia do sistema — os países dependentes — do que no seu centro industrial avançado (Europa Ocidental, Estados Unidos).

2. Inspirado por um otimismo "livre cambista", bem pouco crítico em relação a burguesia, e um método bastante economicista, Marx e Engels previram — erroneamente — que "as demarcações e os antagonismos nacionais dos povos desaparecem cada vez mais com

O INTERNACIONALISMO

o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que correspondem a essas demarcações e a esses antagonismos”.

A história do século XX — duas guerras mundiais, e inúmeros conflitos brutais entre nações — não confirmou de maneira alguma esta previsão. Na realidade, a experiência histórica — particularmente da Irlanda, em sua luta contra o jugo imperial inglês — ensinou poucos anos mais tarde a Marx e Engels que o reino da burguesia e do mercado capitalista não suprimem, mas intensificam — a um grau sem precedentes na história os conflitos nacionais.

3. Homenageando a burguesia por sua inaudita capacidade em desenvolver as forças produtivas, Marx e Engels celebram a “subjugação das forças da natureza” e a “exploração de continentes inteiros” pela produção moderna. A destruição do meio ambiente pela in-

também a estrutura das próprias forças produtivas.

Esta limitação só foi parcialmente corrigida por Marx e Engels, assim como por marxistas posteriores. É apenas durante as últimas décadas, com o surgimento de eco-socialismo, que apareceram tentativas sérias de integrar as intuições fundamentais da ecologia no quadro da teoria marxista.

OS PROBLEMAS MAIS URGENTES SÃO PLANETÁRIOS

De qualquer forma, apesar destes equívocos e limitações, as idéias fundamentais do *Manifesto Comunista* eram — e ainda são — exatas: o capitalismo, o modo burguês de produção, submete o mundo inteiro à sua impiedosa dominação, graças à extensão ilimitada do mercado mundial. Enquanto sistema mundial, ele só pode ser derrotado por uma ação histórico-mundial de suas vítimas, o proletariado internacional e seus aliados.

da Primeira até a Quarta — sofreram crises, deformações burocráticas ou isolamento. Mas, mesmo assim, o internacionalismo foi uma força motriz poderosa no curso do século XX. Durante os primeiros anos depois da Revolução de Outubro — enquanto Lenin e Trotski estiveram na direção do Estado soviético — uma impressionante onda de internacionalismo ativo teve lugar na Europa e no mundo inteiro. Mesmo durante o período de degeneração burocrática da Internacional Comunista, ainda houve manifestações autênticas de internacionalismo, como as brigadas internacionais na Espanha de 1936-38. Mais recentemente, na solidariedade com a revolução vietnamita, ou nos levantes de 1968, apareceu, sobretudo entre os jovens, uma nova manifestação de internacionalismo.

Em nossos dias, mais do que em qualquer período no passado, e muito mais do que na época do próprio *Manifesto*, os problemas urgentes do momento são internacionais. Os desafios representados pela globalização capita-

meçar ao nível de uma, ou de algumas nações, ou que os movimentos de libertação nacional não sejam legítimos. Mas as lutas contemporâneas, são, em um grau sem precedente, interdependentes e interrelacionadas, de uma ponta do planeta até a outra. Se não como explicar que greves por melhores salários e direitos sindicais na Coreia do Sul interessem diretamente aos trabalhadores e sindicalistas na França e no Brasil? A única resposta à chantagem capitalista da deslocalização e da “competitividade” é uma solidariedade internacional organizada e efetiva dos trabalhadores.

SEMENTES DO NOVO INTERNACIONALISMO

De que internacionalismo se trata? O velho “internacionalismo” dos blocos e dos “países guias” — como a União Soviética, a China, a Albânia, etc. — está morto e enterrado. Ele foi o instrumento de burocracias nacionais mesquinhas, que decepcionaram a milhões de pessoas pelo mundo afora. Chegou a hora de um novo começo, que ao mesmo tempo preserve o que de melhor havia nas tradições internacionalistas do passado.

Pode se observar atualmente, aqui e acolá, as sementes de um novo internacionalismo, independente de qualquer estado ou aliança militar. Sindicalistas radicais, socialistas de esquerda, comunistas desestalinizados, trotskistas não-sectários e anarquistas estão procurando por formas de renovar a tradição do internacionalismo proletário. Ao mesmo tempo, novas sensibilidades internacionalistas aparecem em movimentos sociais com uma dimensão planetária, como o feminismo e a ecologia, em movimentos anti-racistas, em ONGs que lutam pelos direitos humanos ou em solidariedade com o Terceiro Mundo. Uma amostra dos mais ativos representantes destas tendências se reuniu na Conferência “Intergaláctica” pela Humanidade e contra o Neoliberalismo convocada, nas montanhas de Chiapas em julho de 1996 pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) — um movimento revolucionário que soube combinar, de maneira original e bem sucedida, o local, isto é, as lutas indígenas em Chiapas, o nacional, isto é, o combate pela democracia no México, e o internacional, isto é, a luta mundial contra o neoliberalismo.

Da convergência entre a renovação da tradição socialista e antiimperialista do internacionalismo proletário — fundado por Marx no *Manifesto Comunista* — e das aspirações humanistas, ecológicas, feministas e democráticas universais dos novos movimentos sociais é que poderá surgir o internacionalismo do século XXI.

MICHAEL LÖWY É PESQUISADOR JUNTO AO CNRS (PARIS, FRANÇA) E AUTOR, ENTRE OUTROS, DE “MÉTODO DIALÉTICO E TEORIA POLÍTICA”, “REDEÇÃO E UTOPIA”, REVOLTA E MELANCOLIA” E “A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO JOVEM LUKÁCS”



dústria capitalista, o perigo para o equilíbrio ecológico que representa o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas burguesas, são questões que se encontram fora de seu horizonte intelectual. Em termos mais gerais, eles parecem conceber a revolução sobretudo como ruptura dos “entraves” — as formas de propriedade existentes — que impedem o livre crescimento das forças produtivas criadas pela burguesia, sem perceber a necessidade de revolucionar

Marx e Engels não só escreveram “Proletários de todos os países, unidos!” nas últimas linhas do *Manifesto*. Eles também trataram de dar uma forma concreta e organizada à solidariedade internacionalista, num primeiro momento reunindo revolucionários alemães, franceses e ingleses na Liga Comunista de 1847-48, e mais tarde contribuindo para a construção da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864). As internacionais sucessivas —

lista, pelo neoliberalismo, pelo jogo sem controle dos mercados financeiros, pela impossível acumulação da dívida do Terceiro Mundo, pela marginalização de populações inteiras da África, Ásia e América Latina, pela degradação do meio ambiente, pela ameaça de crise ecológica — para mencionar só alguns exemplos — exigem soluções planetárias.

Isto não significa que o movimento por uma mudança social não deva co-

O CALOR DA UTOPIA E A FRIEZA

É IMPOSSÍVEL
IMAGINARMOS UMA
ESQUERDA EFICAZ QUE
NÃO DEPENDA DA
CORRENTE QUENTE E DA
CORRENTE FRIA DO
MARXISMO, ISTO É, DA
UTOPIA E DA CIÊNCIA

LEANDRO KONDER

Qual poderá vir a ser o papel das utopias no próximo começo do novo milênio?

Que espaço lhes será reconhecido pela produção cultural? Que funções assumirão no pensamento político?

Uma primeira dificuldade com que nos defrontamos, ao tentar responder a essas questões, se relaciona com o conceito de utopia. Os autores que se servem do termo não lhe conferem o mesmo sentido, não lhe atribuem a mesma acepção. Utopia é, sem dúvida, o “não-lugar”, o lugar inexistente. Mas é um lugar destinado a permanecer sempre fora do nosso alcance, falando à nossa imaginação, ou se trata de algo que ainda não existe, porém pode vir a se concretizar, em decorrência da nossa ação? Em que medida a utopia é sonho irrealizável e a partir de que ponto passa a ser o sinal de uma realização possível?

AS UTOPIAS AMBÍGUAS

A história da utopia como gênero literário¹ começa com uma obra que manifesta a ambigüidade inerente às construções utópicas: a *Utopia* de Thomas Morus² é, ao mesmo tempo, a expressão de um vigoroso inconformismo e de uma insuperável sensação de impotência. Em suas páginas se acha a denúncia da exploração classista na Inglaterra do Renascimento, se encontra o aceno a uma possível sociedade sem propriedade privada, mas se acha também a idéia resignada de que essa sociedade mais justa seria uma sociedade altamente autoritária, rigidamente hierarquizada e baseada no trabalho escravo. A comunidade idealizada da ilha da Utopia cobrava um preço altíssimo pelo bem-estar e pela segurança de seus cidadãos, imiscuindo-se em suas vidas privadas, impondo-lhes normas de conduta que determinavam até o tipo de roupa que eles deveriam usar.

Um século depois da *Utopia* de Morus foram escritas duas fantasias inequivocamente inspiradas por ela: a *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, e a *Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella. E em ambas volta a se manifestar a ambigüidade intrínseca da utopia como gênero. Por um lado, a profunda insatisfação com a situação dominante e com o pen-

samento institucionalizado; por outro lado, a reprodução de critérios comprometidos com a ideologia contestada e com a estreiteza de horizontes da sociedade que estava sendo recusada.

No início do século XIX, a situação já era bastante diversa daquela que se manifestava na *Utopia* do século XVI e nas utopias do século XVII. No processo em que se preparou e desencadeou a chamada Revolução Industrial, constituiu-se uma nova classe social, formada por uma massa de trabalhadores urbanos reunidos em manufaturas ou em fábricas. E essa massa proletária, com sua presença compacta, acabava por influir nos caminhos da imaginação de alguns intelectuais.

AS UTOPIAS DO MUNDO INDUSTRIAL

O conde Henri de Saint-Simon³ se preocupava com os trabalhadores. Im-

pressionado com o que pôde observar nos Estados Unidos da América do Norte (então em formação), o aristocrata pregava reformas que deveriam criar na França uma sociedade sem ociosos, com todos os cidadãos trabalhando e animada por um incessante progresso tecnológico. Em seus últimos anos de vida, o inquieto pensador francês atribuía utopicamente a um renascimento do espírito do cristianismo primitivo a tarefa de arregimentar os operários e as mulheres, em aliança com comerciantes e banqueiros, para reformar os costumes e as instituições.

Outro francês, Charles-François Fourier⁴, discordava do seu compatriota; para ele, a sociedade não poderia vir a sofrer nenhuma transformação realmente profunda por meio de movimentos religiosos ou de revoluções políticas. Decepcionado com a estreiteza de visões dos banqueiros e dos comerciantes, e também com o fracasso da Revolução

Francesa, Fourier dedicou suas energias à concepção de um “falanstério”, de uma comunidade ideal, instalada num lugar adequado para 1.800 pessoas, que demonstraria na prática aos seres humanos em geral como eles poderiam viver melhor, num quadro de relações mais justas e desfrutando de maior felicidade. Para Fourier, as grandes vítimas da “civilização” - os operários e as mulheres - deveriam constituir uma vanguarda na realização das mudanças.

Os anseios de progresso e operosidade, o sentimento de revolta contra o parasitismo, a insatisfação relativa às terríveis condições de trabalho e remuneração, a falta de uma perspectiva imediata de melhoras significativas, tudo isso tornava a massa trabalhadora receptiva ao sonho de uma nova vida⁵. E as expectativas e aspirações desse recém-formado proletariado industrial estimulavam as utopias de Saint-Simon e de Fourier a se inserirem, muito mais resolutamente que as de Morus, Bacon e Campanella, nos esforços de numerosos homens empenhados em fazer história. Nas condições do início do século XIX, as novas utopias, mais do que apontar para uma nova possibilidade no espaço (um “não-lugar”), apontavam para uma nova possibilidade no tempo: uma sociedade ideal futura.

A UTOPIA DO SOCIALISMO “CIENTÍFICO”

Na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, tornou-se cada vez mais marcante a ação de Marx e Engels, que propunham idéias diferentes das de Fourier e Saint-Simon. Marx e Engels consideraram as utopias como expressões legítimas dos anseios do nascente socialismo moderno, mas também como manifestações de imaturidade. Para eles, o socialismo precisava ser mais “realista” e se apoiar em conhecimentos mais sobriamente “científicos”. Engels chegou a fazer imenso sucesso com um texto de sua autoria intitulado: *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*⁶.

Os dois pensadores alemães conseguiram, de fato, substituir na consciência de muitos ativistas do movimento operário algumas fantasias ingênuas e sonhos românticos por concepções mais eficazes no plano das atividades, do trabalho organizativo e das reivindicações e lutas. Coube-lhes o mérito de limitar as conseqüências dos ímpetus utópicos aos exageros de uma denúncia “demonizadora” da burguesia (reconhecendo o vigor da atuação da classe burguesa nas modificações da sociedade), e, ao mesmo tempo, ambos tiveram a lucidez de indicar para o movimento operário e as ações de massas caminhos praticáveis, ao longo dos quais os próprios trabalhadores poderiam ir se desenvolvendo, aprendendo a identificar e avaliar seus adversários, negociando com eles e enfrentando-os em condições mais vantajosas.

Cometeríamos uma rematada insensatez se ignorássemos as vantagens conquistadas pelo ponto de vista de Marx e Engels em relação aos pontos de vista de Saint-Simon ou de Fourier. Devemos,



DA CIÊNCIA

contudo, tomar cuidado para não acreditar que, em decorrência dessas vantagens, a posição "científica" de Marx e Engels eliminou como supérflua ou totalmente contraproducente a utopia do socialismo.

Para percebermos a persistência de elementos utópicos no próprio Marx, basta atentarmos para as características do "comunismo", tal como ele o concebe: uma sociedade sem Estado, sem fronteiras, sem classes sociais, sem divisão entre cidade e campo, sem divisão entre trabalho físico e trabalho intelectual; uma sociedade na qual a moral absorve o direito e as necessidades religiosas desaparecem da alma dos homens⁷. Quem, hoje em dia, ousaria sustentar, impavidamente, que não há nada de utópico nessa concepção de "comunismo"? Quem negaria o cheiro da utopia na idéia de que no comunismo não haverá especialização profissional e cada pessoa no seu cotidiano poderá ser alternadamente médica, astrônoma, pintora, pescadora etc.?⁸

O MARXISMO COMO DOCTRINA CONSTITUÍDA

Em sua maioria, os principais dirigentes e ativistas do movimento socialista de inspiração "marxista", no final do século XIX e na primeira metade do século XX, não levaram em conta essa persistência da dimensão utópica na perspectiva dos geniais fundadores do "socialismo científico". A literatura dos "marxistas" produzida ao longo desse período, com raras exceções, não manifesta muita sensibilidade em relação à utopia.

Os "marxistas" herdaram de Marx a convicção de que a utopia, por um lado, fortalecia o protesto contra a inumanidade do presente, mas, por outro, atrapalhava os esforços dos lutadores para identificar os focos de resistência à mudança e para combater os inimigos concretos do projeto transformador. Segundo Marx, a utopia, a partir de um certo momento, passava a acarretar uma subestimação das tarefas que os ativistas políticos precisavam executar para articular os movimentos dos vários setores da sociedade.

Ao retomarem a desconfiança de Marx diante dos utopistas, entretanto, os "marxistas" se defrontaram com circunstâncias históricas que se tornavam cada vez mais diferentes daquelas em que o autor de *O Capital* elaborava seu pensamento altamente original. Os "marxistas" eram levados a inserir sua condenação da utopia num sistema codificado ("o marxismo"), julgando-a de acordo com postulados de uma doutrina constituída. Em Marx, a avaliação das ambiguidades da ação dos socialistas utópicos estava ligada às vicissitudes de um movimento socialista recém-iniciado, em que tudo era muito novo; era uma avaliação enérgica, mas bastante "espontânea". Nos "marxistas", o veredito sobre os males da utopia decorria da mera aplicação de um quadro de princípios consagrados, expressão de um patrimônio teórico e político que deveria ser preservado a qualquer custo.



A UTOPIA E A CRÍTICA DE TUDO O QUE EXISTE

O ponto de partida de Marx era uma "metralhadora giratória": ele preconizava "uma crítica sem consideração de espécie alguma a tudo que existe"⁹. Os "marxistas", no século XX, criticavam o "capitalismo", o "imperialismo", porém tomavam muito cuidado para não danificar o "campo socialista", os "movimentos de libertação nacional", as "democracias populares", os "partidos de vanguarda do proletariado".

Houve, sem dúvida, exceções. É interessante observarmos que no campo do pensamento da esquerda são os pensadores que nadaram contra a correnteza, que pagaram o duro preço do isolamento, que nos proporcionam hoje, no final do século, após a derrocada da União Soviética, elementos instigantes para emprendermos uma nova reflexão sobre o papel da utopia nos anseios de transformação da sociedade.

Vários nomes nos vêm, rapidamente, à lembrança. O Lukács de *História e Consciência de Classe*¹⁰, por exemplo, com sua concepção utópica de um movimento operário capaz de realizar o sonho hegeliano do sujeito-objeto idêntico. O Horkheimer que teorizava sobre a verdade refugiada num pequeno grupo de intelectuais rebeldes, zeladores do tesouro do pensamento crítico¹¹. O Walter Benjamin que nos alertava contra a falácia de um "tempo homogêneo" e nos lembrava que "cada segundo é a porta estreita por onde o Messias pode entrar"¹². Com todos os seus eventuais exageros, esses filósofos contribuíram - e ainda contribuem - para o revigoramento das iniciativas daqueles que procuram extrair as conseqüências da constatação de que o capitalismo *não vai morrer de morte natural* (e sua superação depende de nós).

ERNEST BLOCH E O PRINCÍPIO ESPERANÇA

A utopia é um ingrediente essencial desse revigoramento. E quem formulou essa idéia mais incisivamente foi, com toda probabilidade, o filósofo Ernest Bloch¹³. Nada mais justo, então, do que encerrarmos com o autor do *Princípio Esperança* nossa sumária abordagem do tema da vitalidade da utopia no começo do novo milênio.

Bloch propõe um conceito bastante amplo de utopia. Para ele, a dimensão utópica no pensamento é a expressão de uma força real que exige a superação, a "transcendência" do que está explicitado e constituído no presente. Segundo o eloqüente pensador alemão, somos seres "carentes", precisamos de algo que não temos, e essa é a origem de uma "consciência antecipadora" que nos caracteriza. A utopia está ancorada nessa consciência antecipadora e pode ser dividida em "utopia concreta" e "utopia abstrata". A utopia concreta possui um ímpeto "subversivo" e já nasce comprometida com o anseio de que os homens têm de se libertarem das condições coisificadas em que vivem.

Na análise de Bloch, o "marxismo" tem uma "corrente quente" e uma "corrente fria". A primeira dá conta da aspiração apaixonada por transformar o mundo, incita ao entusiasmo e à luta; a segunda refere-se à necessidade de avaliar com rigor científico as condições objetivas e as condições subjetivas em que os homens vivem e atuam.

Essa observação de Bloch a respeito do "marxismo", a nosso ver, vale para o pensamento de esquerda como um todo, quaisquer que venham a ser as novas formas por ele assumidas no início do novo século. Parece-nos quase impossível imaginar uma esquerda eficaz que não dependa dessas duas "correntes", a "quente" e a "fria". Quer dizer: que

não precise da ciência e da utopia.

O pensamento de esquerda recordará a advertência do poeta Bertolt Brecht: "Duas almas moram / no teu peito humano, / nas entranhas tuas. / Evita o insano / esforço da escolha: / precisas das duas" (epílogo da peça *Santa Joana dos Matadouros*).

LEANDRO KONDER É FILÓSOFO. ENTRE SUAS OBRAS ESTÃO: "O FUTURO DA FILOSOFIA DA PRÁXIS", "A DERROTA DA DIALÉTICA", WALTER BENJAMIN: O MARXISMO DA MELANCOLIA, "HEGEL: A RAZÃO QUASE ENLOUQUECIDA" E "FLORA TRISTAN". ESTE TEXTO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO EM LEILA DA C. FERREIRA, (ORG) "A SOCIOLOGIA NO HORIZONTE DO SÉCULO XXI". SÃO PAULO, BOITEMPO, 1997. OS INTERTÍTULOS SÃO DA REDAÇÃO.

¹ Para um ponto de vista diferente, ver: SERVIER, Jean. "Histoire de l'utopie." Paris, Gallimard, 1967.

² Texto brasileiro acessível na série "Os Pensadores", da editora Nova Cultural. Também os textos de Bacon e Campanella podem ser lidos nesta série.

³ LEROY, Maxime. "La vie du comte de Saint-Simon". Paris, Grasset, 1925.

⁴ BRUCKNER, Pascal. "Fourier". Paris, Seuil, 1975.

⁵ RANCIÈRE, Jacques. "A noite dos Proletários". São Paulo, Cia. Das Letras, 1988.

⁶ MARX & ENGELS. "Werke". Berlin, Dietz, vol. 20.

⁷ Um mapeamento das características do comunismo segundo Marx se encontra em: HOFMANN, Werner. "Ideengeschichte der sozialen Bewegung". Berlin, Walter de Gruyter, 1971.

⁸ MARX & ENGELS. Op. cit., vol. 3, p. 379.

⁹ Idem, ibidem, vol. 1, p. 344.

¹⁰ LUKÁCS, Georg. "História e Consciência de Classe". Porto, Escorpião.

¹¹ HORKHEIMER, Max. "Teoria Tradicional e Teoria Crítica", no volume da série "Os Pensadores" dedicado à Escola de Frankfurt, editora Nova Cultural.

¹² BENJAMIN, Walter. "Sobre o Conceito de História". In: —, "Obras Escolhidas". São Paulo, Brasiliense, vol. 1.

¹³ Sobre Ernest Bloch leia-se em português: FURTER, Pierre. "Dialética da Esperança". São Paulo, Paz e Terra, 1974; ALBORNOZ, S. Ética e Utopia. Movimento, 1985; BICCA, Luiz. "Marxismo e Liberdade". Loyola, 1987; MÜNSTER, Arno. "Ernest Bloch, filosofia da práxis e utopia concreta". São Paulo, Unesp, 1993.



CESAR COMMISSION 1971

AS TESES DO SUBCOMANDANTE

PARA MARCOS, OS BOLSÕES DE EXCLUÍDOS SÃO OS SUJEITOS DA RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO. MAS ELE NÃO VALORIZA O NOVO E IMENSO PROLETARIADO MUNDIAL

ROSSANA ROSSANDA

Para Marcos, estamos vivendo a quarta guerra mundial sob a forma da agressão livre-cambista em escala planetária. Quarta porque as duas primeiras são as conhecidas e a terceira é a que foi chamada guerra fria, “impropriamente”, diz, porque conheceu altas temperaturas (...). Nesta terceira guerra mundial se chocaram “capitalismo e socialismo, em diversos terrenos e com diversos graus de intensidade” e o seu resultado foi “a liquefação do campo socialista como sistema mundial e sua dissolução como alternativa social”.

A QUARTA GUERRA MUNDIAL

A quarta guerra mundial está fazen-

do em pedaços a “nova ordem mundial” que os Estados Unidos tinha acreditado impor com o fim da terceira; o choque se dá, agora, pela hegemonia no capitalismo e o protagonista é o capital financeiro. Este se desvinculou dos Estados e mercados nacionais, inclusive dos Estados Unidos que o geraram, e joga contra todos, razão pela qual não há uma única superpotência. Em lugar dos Estados-nação, governam as regiões econômico-financeiras, as “megápolis” que assumiram os poderes dos Estados, decompondo-os e reestruturando-os e deixando-os apenas com as tarefas que são funcionais para elas.

As armas atômicas da terceira guerra mundial, exclama Marcos, foram dissuasivas; as bombas financeiras fazem realmente explodir as nações, anulam as bases de sua soberania, despoam-nas qualitativamente e excluem aqueles que não se adaptam a suas leis, como os povos indígenas que ainda possuem em seus territórios uma grande parte dos recursos naturais e nos quais o sistema induz guerras para se apoderar deles. (...)

É um sistema que já não tem necessidade da política, pois o poder reside completamente na economia e em uma tecnologia que permite o domínio e, que aos empurrões, leva a um modelo cultural único – o do *american way of life* – destruindo as culturas que se opõem. Entre todas as guerras mundiais, conclui Marcos, esta é a mais cruel. Converteu o planeta em um imenso quebra-cabeças do qual até agora só parecem legíveis sete grandes segmentos.

AS PEÇAS DO QUEBRA-CABEÇAS

Marcos os descreve em sete teses e sugere seus símbolos gráficos. O primeiro segmento, a primeira grande tendência, indica a concentração da riqueza em uma parte que constantemente se reduz e a extensão da pobreza em uma parte cada vez maior da população mundial; seu símbolo é a moeda. O segundo segmento – seu símbolo é o triângulo – é a pirâmide do trabalho, e no vértice tem a exploração de uma base cada vez mais vasta, cada vez mais precária, desvalorizada, que abarca a baixo custo mesmo milhões de crianças, comercializadas inclusive como objeto sexual. O terceiro segmento (a figura é o círculo) é a enorme desterritorialização das pessoas, que se multiplicou por dez nos últimos vinte anos, e que vê milhões de homens e mulheres sem terra e sem meios vagarem da periferia para o centro. (...)

A quarta figura é o retângulo de um grande espelho no qual se refletem a legalidade e a ilegalidade, as duas caras do mesmo sujeito, porque as economias criminosas deixaram de ser marginais, converteram-se em sustentáculos do sistema, facilitadas e mesmo sugeridas, pelas grandes formas de acesso aos créditos, como o FMI; elas, e essa é a quinta tese cujo desenho é um pentágono, como a célebre construção militar estado-unidense, se unem somente contra quem se rebela contra elas, o que faz com que o exercício da chamada violência legal esteja nas mãos de forças ilegais. O sexto segmento é um garrancho: o crescimento do poder econômico que desmantela a coesão dos Estados nacionais é acompanhado pela explosão dos pequenos Estados, de etnias (...); o máximo de concentração econômica corresponde paradoxalmente ao máximo de fragmentação política. A luta é permanente entre os gigantes econômicos que decidem a mega-política, a guerra, o reconhecimento dos blocos diplomáticos, as alianças e as rupturas, os créditos e os investimentos, e uma multidão de anões, entre os quais os governos, cada um dos quais é tolerado qualquer que seja sua coloração política enquanto não perturbe os mercados. E assim será, conclui Marcos na penúltima tese, até que os anões se rebelarem.

Desta forma, introduz a última tese, a “desobediência à realidade” ante à prepotência capitalista: sua figura é uma bolsa de resistência, em cujas dobras as rebeliões se formam de modos e com cores diferentes e tem em comum a vontade de resistir ao “crime contra a humanidade” constituído por esta quarta guerra mundial. Desta vez, os protagonistas da resistência são os excluídos, os abandonados, os deserdados. Neles, e por isso Chimpas é um símbolo, reside a esperança de salvação da humanidade. E da razão, porque os seis segmentos antes delineados são destrutivos. A força da resistência reside em ter a razão do seu lado. (...) Marcos lê o mundo, não o inventa. Não conhece somente a arte de comunicar, mas também a menos habitual de argumentar.

É sua a ordem de prioridades sobre a qual sobrepõe os documentos, revelando a cultura política que lhe é própria. Esta é muito mais a de um castrista do que a de um guevarista. De Castro mantém o que Guevara tinha perdido, a fé em que até 1989 tinha existido um verdadeiro “campo socialista” e que este não fracassou mas perdeu uma luta contra forças superiores, as do capitalismo

e sua terceira guerra mundial. Desde o discurso de Argel, Guevara não alimentava ilusões nem sobre a URSS nem sobre a intensão efetiva ou possibilidade de Cuba se colocar como terceiro polo – como, todavia, parece se desenhar em 1967 na Conferência da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade). Depois, as tentativas em Angola e no Congo o haviam confrontado não só com a crueldade do imperialismo mas também com a imaturidade dos sujeitos: não existia um Vietnã em cada parte ofendida do mundo. A Bolívia lhe confirmaria isso.

Marcos não abre estes dois capítulos e este é um limite menos cultural (pois ele é tudo menos uma mente talvez generosa mas primária) e mais político. É verdadeiramente um intelectual típico do anti-imperialismo latino-americano, que se atualizou com as últimas análises econômicas mundiais. Suas figuras agentes parecem ainda mais frágeis do que as do primeiro foquismo, nas quais se pensava nos povos e a possibilidade deles fazerem vacilar os governos no curso e sob o efeito da guerrilha. Para Marcos, esses agentes são aos bolsões dos excluídos na veia marcuseana, indicados na curiosa lista final na seguinte ordem: mulheres, crianças, velhos, jovens, indígenas, ecologistas, homossexuais, lésbicas, soropositivos, trabalhadores. Os trabalhadores no final, ainda que, à diferença de Marcuse, os incluí. Mas não os considera particularmente significativos.

ANTI-IMPERIALISMO LATINO-AMERICANO

Encontra-se aqui uma vagueza político-teórica que lembra a frase inicial sobre o desaparecimento do socialismo como alternativa social. A força do movimento revolucionário desta século foi a existência e a condição exemplar, pela exploração e a negação inaceitável, do proletariado, força ativa, produtiva, organizada, em condições de enfrentar e inclusive sufocar aqueles que o formavam e oprimiam. Em Marcos há uma imensa e desconcertante distância entre a magnitude do capital financeiro e de seus meios e a debilidade, a fraqueza dos bolsões de rebelião. Outras vezes ele escreveu que a tecnologia atual no campo das comunicações oferece, inclusive aos excluídos, meios antes impensáveis, e os utiliza, pque conhece o impacto do choque simbólico; e não por acaso a selva Lacandona se converteu em uma imagem querida daqueles que não se resignam.

Mas o choque não é só simbólico, de modo que a sétima tese, corolário de um processo no qual só se vê devastação, não apreende nem ambivalências nem os sujeitos que vão se formando e muito menos ainda um novo proletariado mundial imenso e sem cultura e é, portanto, mais que uma perspectiva política, um impulso generoso e emotivo que deixa tudo nas mãos dos condenados da terra e não sem curiosas ênfases nostálgicas. Como sempre na experiência revolucionária latino-americana também em Marcos existe direito de cidadania inclusive para Lenin, mas não para Marx.

ROSSANA ROSSANDA É FUNDADORA DO JORNAL DE ESQUERDA ITALIANO IL MANIFESTO. ESTE ARTIGO FOI DESTA ORGÃO DE 15 DE AGOSTO DE 1997. TRADUZIDO DE CONVERGÊNCIA SOCIALISTA Nº 3 (MÉXICO).

O texto do sub-comandante Marcos, publicado pelo *Le Monde Diplomatique* de agosto de 1997 (e, no Brasil, pela *Folha de S. Paulo* no seu caderno *Mais*), levanta uma prova dificilmente refutável das misérias infligidas ao planeta pelo neoliberalismo. A nova ordem mundial anunciada com bumbos e fanfarras, após a queda do Muro de Berlim, é sempre injusta, violenta, irracional, em uma palavra, desordenada. A lógica desigual da mundialização mercantil, alimenta recuos e pânico nas identidades, dando as costas ao futuro de uma humanidade realmente universal. Destroça as conquistas sociais, estremece as instituições, destrói os mecanismos de regulação, sem conseguir substituí-los por formas superiores, coerentes em nível regional ou mundial. Daí resulta um mundo em farrapos e esfacelado. Um quebra-cabeças que não pode ser montado, diria Marcos.

CRISE DE CIVILIZAÇÃO

É a era das redes. Como aquela dos trens do começo do século, estas redes financeiras ou eletrônicas, estas autoestradas da informação, tecem uma grande malha que enlaça as potências comerciais, bancárias, industriais, que conecta os capitais; mas ela deixa cair, de suas redes, zonas cinzentas, periferias, terrenos baldios, países ou subcontinentes inteiros, todos abandonados. Concentração aqui, de riqueza e poder, desamparo mais além: o desenvolvimento sempre desigual não está melhor combinado. É a lei implacável do mercado mundial e da competição sem piedade, de todos contra todos.

A crise que daí resulta é mais profunda e mais duradoura que as crises econômicas clássicas. Ela anuncia uma verdadeira crise de civilização, isto é, uma crise que tem a ver com laços e medidas comuns entre os seres humanos. A amplitude do desemprego e a exclusão em escala planetária, cada vez mais complexa e socializada, se torna irreduzível à "miserável" medida de trabalho abstrato, avaliado em unidades de tempo homogêneas. A acumulação de desastres econômicos mostram que se torna impossível reduzir, a longo prazo, a energia do ecossistema e, a curto prazo, da lógica mercantil. As forças produtivas sacudidas pela nova revolução tecnológica, não se mantêm mais no limite de um imperativo de lucro exclusivo. (...)

"A globalização moderna, o neoliberalismo como sistema mundial, deve ser entendido como uma nova guerra de conquista de territórios. O fim da terceira guerra mundial ou 'guerra fria' não significa que o mundo haja superado a bipolaridade, e se encontre estável sob a hegemonia do vencedor".

GUERRA E POLÍTICA

Marcos vai mais longe: "a quarta guerra mundial começou": uma "guerra mundial totalmente total". Que o sistema está criticamente instável, minado de conflitos, é um fato: dos Balcãs ao norte da Índia, se estende uma falha convulsiva de confrontações armadas endêmicas. Quanto a uma "quarta guerra mundial", tudo depende do que se entenda por guerra. As formas da guerra não tem cessado de transformar-se em função das relações sociais, da estrutura dos Estados, da organização do

MARCOS E O ESPELHO PARTIDO DA MUNDIALIZAÇÃO

A POLÍTICA APARECE AGORA COMO A CONTINUAÇÃO DA GUERRA POR MEIOS PACÍFICOS. MARCOS DESCREVE UM MUNDO CONDENADO A VIVER EM PÉ DE GUERRA, NO ESPANTO DE UMA CATÁSTROFE ANUNCIADA

DANIEL BENSARD



mundo. A Revolução Francesa e o surgimento dos Estados-nações marcaram a passagem das guerras dinásticas às guerras nacionais, em que se enfrentam não simplesmente exércitos mas povos. A era do imperialismo moderno foi também a da escalada até a guerra total, ilustrada por duas guerras mundiais e por meios de destruição cada vez mais massivos e indiscriminados. (...)

Depois do equilíbrio da guerra fria e do terror nuclear (que não impediu a proliferação de guerras quentes bárbaras e de guerras civis implacáveis), a desapareção da União Soviética inauguraria, pois, um novo giro geo-estratégico, ilustrado pela nova escala de intensidade dos conflitos imaginados no Pentágono, pela guerra do Golfo, pelas expedições neocoloniais "caritativas". Lucien Pourier, um dos teóricos da dissuação francesa, o admite lucidamente: "O fato nuclear e a guerra fria haviam engendrado uma forma singular de sistema-mundo", nós estamos "envolvidos em uma nova morfogênese do universo político-estratégico" e somos "ainda incapazes de compreender o alcance do fenômeno", o que nos obriga a "reconhecer a racionalidade limitada da ação estratégica".

Napoleão definia a estratégia como a arte de ser o mais forte em um ponto dado, num momento dado. Porém onde está o ponto agora, já que há disse-

minação e multiplicação de centros de poder, e qual é o momento, já que o conflito se estende em sua duração? O campo e o resultado da batalha se tornam incertos. Pois a "nova ordem" em gestação permanece, por hora, como disse Marcos: "uma ordem em mil pedaços" ou um "espelho partido". Uma nova delimitação de territórios, novos agenciamentos de espaços, novas hierarquias de poder, apenas se esboçam. Jamais no passado estas convulsões se desenvolveram amigavelmente. Foram necessários os levantes de 1848, as grandes repartições sangrentas das colônias, as guerras de independência e duas guerras mundiais. Parecemos hoje instalados, logo, em uma espécie de guerra rasteira, de duração indeterminada, cujos conflitos locais, de alcance global, aparecem como os seus momentos. Invertendo a relação de Clausewitz, a política aparece agora como a continuação da guerra por meios pacíficos.

Ao falar de "quarta guerra mundial", pode ser que Marcos tente abarcar esta queda e o estado de um mundo condenado a viver em pé de guerra, no espanto ou terror sem fim de uma catástrofe anunciada. "O resultado da explosão não é um monte de ruínas fumegantes ou de milhares de corpos inertes, mas um bairro que se agrega a uma megalópolis comercial do novo hipermercado planetário e uma força de trabalho reperfilada

para o novo mercado de emprego planetário".

Por hora, o resultado desta dilatação do conflito no espaço e no tempo, não é o do apocalipse mas a devastação de um planeta colocado à merce da desregulamentação dos mercados e do deslocamento das populações; em um duplo sentido, onde elas são lançadas ao torvelinho da circulação e onde elas não encontram espaço, lugar, cidade onde viver em condições de cidadãos. (...)

UMA TENDÊNCIA NÃO CONCLUÍDA

No entanto, não se trata, ainda, mais que de uma tendência, da qual nos equivocaríamos em antecipar sua finalização. O capital, inclusive mundializado, permanece ligado aos aparatos de Estados nacionais, as potências militares e monetárias que sustentam suas conquistas e garantem seus lucros. Os Estados Unidos o recordaram espetacularmente por ocasião da guerra do Golfo. O projeto de unidade europeia é explicitamente o de uma Europa-Potência alcançando a estatura crítica de um império moderno. Se a liderança mundial é multipolar, o imperialismo permanece fundado sobre uma concentração sem precedente de riqueza, tecnologia e patentes.

CONTINUA PÁG. 16

Os Estados nacionais não foram, pois, pura e simplesmente varridos pela mundialização. Ao invés, como o afirma precisamente Marcos, eles são “obrigados a redefinir sua identidade”: “as megalópolis substituem as nações? Não, ou melhor não somente. Elas lhes atribuem novas funções, novos limites e novas perspectivas.

Países inteiros se tornam departamentos da mega-empresa neoliberal, que produz assim, por um lado, a destruição/despovoamento, e, por outro, a reconstrução/reorganização de regiões e de nações”. A constatação é pertinente. Conduz, no caso do México, confrontado com o grande vizinho imperi-

REABILITAR A POLÍTICA

Em um momento em que, sob o efeito da mundialização, a correspondência entre um território, um mercado, um Estado, se desfaz, onde os espaços políticos, sociais, jurídicos, ecológicos, não coincidem mais, o princípio republicano permite pensar uma escala móvel de soberania, uma nova distribuição de poderes e níveis articulados de decisão. “Nesta nova guerra, a política, enquanto motor do Estado-nação não existe mais. Ela serve somente para gerenciar a economia e os homens políticos não são mais que gerentes de empresa”. (...)



MARK BENSAYD, LIBRARY FOR THE BORDS OF AMSTERDAM 1981

al e os efeitos do Tratado de Livre Comércio, à defesa da soberania nacional, e do direito de um povo escolher seu futuro e sua maneira de viver. (...)

Contra as novas formas de submissão e dependência, e contra as tentações do separatismo ou do deslocamento, este projeto de “reconstrução da nação” inscrito na dupla legitimidade da luta de independência e da Revolução Mexicana de 1911, parece absolutamente justo.

Nosso problema é sensivelmente diferente. Nós vivemos em um país que pertence ao clube exclusivo dos países ricos comprometido na construção de uma nova potência imperial. Devemos imaginar as reivindicações, os direitos, os objetivos que fazem a ponte entre a tradição nacional das lutas sociais e a criação de um novo espaço continental.

Na França, nós devemos retomar a dinâmica do ideal republicano universal (aquele da declaração universal – não nacional – dos direitos humanos); em outras palavras, devemos quebrar a conexão entre a República e a nação. O republicanismo ainda é um vasto e irrealizado projeto. Uma verdadeira república é uma comunidade política de cidadãos, não está ligada à nação como um caracol à sua concha. É um espírito, um futuro, uma república desejada ou imaginada que nunca é atingida. A aspiração republicana carrega ecos de revolução permanente.

A economia e a moeda não são fetiches autômatos mas expressões de relações sociais que inventamos. Suas pretensas “leis” aparecem hoje em todo seu absurdo. Porque, quando produzimos mais em menos tempo, a miséria e a penúria se desenvolvem em lugar de retroceder? Porque a Bolsa de Nova York enlouquece quando o emprego aumenta? Porque a técnica produz a exclusão em lugar de liberar tempo para viver? Porque se pretende que o trabalho desapareça quando há tantas necessidades por satisfazer, por transformar, por inventar? Estas perguntas não são econômicas. Elas são políticas. Não há nada mais urgente que reabilitar a política - não a dos políticos que são homens duplos, com dupla linguagem, vida dupla, com tanta duplicidade, como a mercadoria à que eles servem - mas a política profana como autodeterminação coletiva de um mundo sem deuses e fetiches.

Questionam-nos, dizendo que não temos um modelo. Mas o futuro não se desenha em planos. É inventado no presente. A utopia concreta repousa incansavelmente no chão das resistências e lutas cotidianas. O colapso dos regimes burocráticos, longe de deixarmos órfãos de modelos, abre os caminhos para o futuro.

Questionam-nos, dizendo que o motor parou. Asseguram-nos que a luta de classes acabou. “E, no entanto, eles lutam”, dizemos uns para os outros. Di-

zem-nos que os proletários não são mais encontráveis, mas ninguém ousa pretender que os possuidores, os burgueses, os ricos, os poderosos – qualquer que seja o nome que se dê – desapareceram. Os proletários, hoje, não são unicamente os explorados, mas também os oprimidos e os humilhados, todos os “descartáveis” e os “excluídos da modernidade”, todos os “sem”, os sem emprego, sem terra, sem teto, sem documentos, sem nada, e isto já abarca a muita gente.

Questionam-nos, dizendo que não possuímos uma estratégia clara. Mudar um mundo inaceitável seria talvez mais necessário que ontem, mas impossível. As vias da transformação social não conduziram mais a nenhuma parte. Marcos faz aqueles na esquerda uma pergunta séria.

“Para começar te rogo não confundir a *resistência* com a oposição política. A oposição não se opõe ao poder, e sua forma mais extrema é a de um partido de oposição; enquanto a *resistência* não pode ser um partido. Ela não é feita para governar e sim ... para resistir”.

Marcos valoriza essa frase de Tomás Segovia. Encontramos o eco dos textos fundadores da Frente Zapatista reivindicando uma política de resistência “sem aspirar tomar o poder”, aspirando constituir “uma força política que não lute pela tomada do poder, mas por criar, unir, desenvolver os movimentos cívicos e populares”. Um contra-poder, pois. Porém, o desenvolvimento deste contra-poder desembocará, se o poder lhe deixa tempo, em uma dualidade de poderes, em uma situação de equilíbrio instável que não pode se perdurar: entre dois poderes, dois direitos, dois princípios que se opõem, a força decide.

CONTRA-PODER E LUTA PELO PODER

Esta é a história de todas as revoluções, quaisquer que tenham sido suas formas. Querer uma “força política que não lute pela tomada do poder” pode se revestir de diversas significações. A primeira, seria de grande sagacidade. Ela consiste em dizer que não se quer porque não se pode. Pelo momento, tendo em conta as relações de forças nacionais e internacionais, porém, como o poder existe, e não se pode ignorá-lo, é necessário ganhar tempo, modificar as relações de forças, articular alianças, em uma palavra, entrar, de um modo ou de outro, na arena da política institucional. É o que faz a sua maneira, o Exército Zapatista em sua declaração sobre os resultados das eleições de 6 de julho, com a vitória de Cuahautemoc Cárdenas para a prefeitura da Cidade do México, e ao afirmar a necessidade da constituição de uma “opção eleitoral de esquerda”.

A segunda, mais ambiciosa, consiste em sublinhar que não se trata unicamente de conquistar um instrumento de poder existente, mas de transformar totalmente as relações de poder e a relação do poder com a sociedade. A ênfase repetidamente colocada sobre o “mandar-obedecendo” (em lugar de mando-obediência) expressa um tal objetivo: o comando, a direção, não se torna legítimo a menos que represente fielmente a vontade de baixo, da grande maioria, e se eles o “obedecem”. Os mandatários permanecem responsáveis diante de seus mandatados. É lógico, posto que a luta pode ser parcial, mobilizar tal ou qual categoria, tal ou qual parte do povo, já que a criação de um mundo novo e de uma sociedade nova

é obra de multidões, de um processo molecular, necessariamente mais amplo, longo, complexo, que qualquer decreto de uma minoria esclarecida. Re-encontramos, então, a inspiração efêmera, intermitente, de experiências de democracia majoritária, de sua “forma finalmente encontrada”, na Comuna de Paris, nos Soviéticos de 1905 e 1917, em todas as experiências libertárias, de autogestão, de controle popular, de democracia participativa.

A terceira traduz uma dificuldade estratégica. Os revolucionários estão em uma situação análoga a dos militares. Diz-se amiúde que estes estão sempre com um atraso de uma guerra, porque tentam pensar a próxima à luz da última. Os revolucionários estão em uma situação comparável e pela mesma razão: podemos fazer simulações, mas em matéria de guerras e revoluções, não se fazem experiências de laboratórios e a realidade se revela mais complexa que a ficção. A disseminação e a mobilidade dos alvos, a fluidez e a elasticidade das frentes, causam hoje muitas dificuldades aos militares. Nada há de assombroso em que elas provoquem também perplexidade nos revolucionários.

REINVENTAR O INTERNACIONALISMO

A insistência metafórica de Marcos em uma estratégia de resistência mais que de conquista, se inscreve nesta situação inédita. Esta resistência multicor e polimorfa, pode fazer de conta que ignora o poder. O poder, ele, não a ignora. Atua, manobra, reforma, toma iniciativas. A guerra de desgaste avança para a guerra de movimento, a construção paciente de uma hegemonia sobre a tentação impaciente do assalto decisivo, mas a resistência se alimenta, necessariamente, de uma esperança de contra-ofensiva e de derrubada da ordem estabelecida.

“É urgente falar da megapolítica. A megapolítica engloba políticas nacionais e as une a um centro que tem interesses mundiais e como lógica a dos mercados”. Esta megapolítica, onde se consegue escutar o monólogo dos mercados ventrílocos, é a negação da política enquanto espaço de liberdades, de libertação, de controvérsia, onde se elabora o laço frágil das diferenças, a união da diversidade, a unidade do múltiplo. Ela exerce um poder impessoal sobre os seres e as coisas.

Unicamente uma política intergaláctica estaria hoje à altura deste desafio. Intergaláctica é o pseudônimo do velho internacionalismo, sempre a se reinventar. Cantando a Internacional - a unidade e não a eliminação das diferenças - os oprimidos estavam adiantados um século. Mais tarde, o “socialismo em um só país”, “o socialismo realmente existente”, “o internacionalismo socialista” blindado em Budapeste e em Praga, passavam por lá. E, como resultado, os primeiros se tornaram os últimos: os oprimidos estão um século atrasados (no mínimo) sobre os capitais e as mercadorias.

Razão demais para apurar o passo. Para avançar com o método. Para estimular nossa lenta impaciência.

DANIEL BENSAYD É DIRIGENTE DA LCR FRANCESA E AUTOR, ENTRE OUTRAS OBRAS, DE MARX, L'INTEMPESTIF (PARIS, FAYARD). TRADUZIDO DO ESPANHOL POR EDUARDO MANCUSO DE CONVERGÊNCIA SOCIALISTA Nº 3.

BAR E RESTAURANTE UNIVERSIDADE LTDA.

Hoje se faz de tudo um pouco. O cardápio é variado: assessorias, consultorias, cursos de especialização e extensão, prestação de serviços etc. Faz-se o projeto a gosto do freguês. Pode ser feito quase todo tipo de pesquisa que for encomendado (apesar deste item não ser muito procurado). O salário básico é pequeno, mas podem ser obtidas gorjetas polpudas; o grosso vem "por fora", em gratificações por tempo, por atividades administrativas, por mérito, bolsas de pesquisa. A última novidade apareceu como uma bomba: gratificação para dar aulas!

O desencanto com as alternativas coletivas talvez seja uma das explicações para o refluxo do movimento das universidades nesta década. Depois de muitas lutas, greves longuíssimas e custosas – com reposições de aulas que varram semestres e comprometem férias – muitos professores perceberam que poderiam auferir ganhos através dos vários mecanismos "de captação de recursos fora da universidade".

O grande problema é que boa parte da energia da universidade está se afastando da "criação e transmissão do conhecimento". A prestação de serviços não é subordinada à elaboração acadêmica; nem mesmo à prestação de serviços às comunidades mais carentes. Constitui-se, quase sempre, em um mecanismo para garantir melhorias individuais para os docentes.

A CRISE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira foi criada para responder a interesses que não se vinculavam à elaboração, produção ou mesmo aplicação do conhecimento; privada, praticamente desde seu nascimento, de um projeto próprio; obrigada a uma rápida expansão nas décadas de 60 e 70 sem uma alternativa e infraestrutura; e excluída dos centros de elaboração, produção e decisão de políticas educacionais e científicas. Esta trajetória problemática da universidade conhece hoje um ponto de inflexão, que pode ser caracterizado como a mais grave crise de sua recentíssima história.

Ela atinge o sistema federal de ensino superior, responsável pela matrícula de cerca de 30% dos estudantes de terceiro grau. Há que se salientar que a universidade hoje é melhor do que aquela de 20 anos atrás. Temos um corpo técnico e docente mais bem formado, temos infraestrutura melhor constituída. O problema é que estes avanços não acompanham a demanda por educação superior ou pesquisa e nem obedecem a políticas mais gerais.

O DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO

A crise atual combina vários elementos importantes. O primeiro deles diz respeito ao forte combate que os governos têm movido contra o serviço público. Programas de demissões, reforma administrativa, cortes em vários órgãos. Estas ameaças levam muitos servidores a se retirarem do serviço público, seja



Diego Rivera, 'Mujeres de Alhambra', 1915

através de aposentadoria, seja por demissão. Trata-se – na maior parte das vezes – de uma política feita de forma tão estúpida que o próprio governo é levado a refazer contratações onde incentivou demissões.

É necessário reconhecer que na maior parte das vezes o governo foi (ou é) vitorioso em inculcar na população a imagem de que somos um bando de bem remunerados preguiçosos. É por isso que o desmonte do serviço público vem sendo implementado sem reação por parte da população.

Uma de suas facetas é o aviltante salário pago hoje nas universidades. Doutores com vinte anos de carreira recebem em torno de R\$ 2.200 (líquido). Técnicos com formação superior (muitos com pós-graduação) recebem salários de menos de R\$ 1.000. Existe um ou outro salário "marajesco", mas estes são exceções.

A CRISE DA EDUCAÇÃO

O segundo elemento é a ausência de um projeto de educação para o país. Não se trata apenas da ausência de um programa para a educação superior; mesmo a educação fundamental ou a média passam por gravíssimos problemas que não foram mexidos pela atual administração.

O centro do projeto formulado por todos os setores da comunidade para as universidades colocava-se no projeto de autonomia. Muito se falou sobre isso, mas de fato pouco foi feito até hoje; sua implantação está paralisada.

Esta ausência de um projeto educacional é acompanhada pela ausência de um projeto de ciência e pesquisa para o

país. Mesmo com todos os esforços nas áreas de fomento, o que se vê é um ir e vir de recursos e políticas. Assim, projetos são inaugurados e propagandeados com toda a pompa e circunstância e depois abandonados. Só lucram com isto os *buffets*. O país perde sempre...

A BUSCA DE MELHORES EMPREGOS

Outro elemento da crise das federais é a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Ao entrar em vigor, a LDB passa a colocar exigências legais para que uma instituição venha a se caracterizar como universidade. Uma delas é a exigência de que uma parcela de seu corpo docente seja formada por profissionais com mestrado ou doutorado. Assim, mais prático é comprar um doutor em uma universidade pública do que gastar anos formando-o; sai muito mais barato. Uma universidade privada com certa estrutura paga salários que são o dobro daqueles pagos nas federais.

Pressionados e desmotivados, muitos profissionais das federais buscam soluções individuais: aposentadorias, mudanças de emprego, não cumprimento do estatuto de dedicação exclusiva etc. Os mais capazes conseguem recolocar-se no mercado. Lá se vão técnicos e docentes nos quais uma substancial quantidade de recursos foi investida por longos anos. E nas universidades privadas poucas chances eles terão de dar continuidade a projetos de pesquisa.

AUTONOMIA E PROJETO ALTERNATIVO

Há muito tempo uma greve em universidades não via um apoio tão gran-

MAIS UMA VEZ AS UNIVERSIDADES FEDERAIS ESTÃO PARADAS, NUM NOVO GRITO CONTRA UMA POLÍTICA QUE PODE DESTRUIR O SISTEMA DE ENSINO E PESQUISA CONSTRUÍDO NO PAÍS

AMÉRICO BERNARDES

de da imprensa. Até mesmo a governíssima Rede Globo tocou no assunto. A luz vermelha se acende... Será que parte do empresariado começa a perceber que é necessário manter um parque de pesquisa instalado, para que haja um mínimo de desenvolvimento auto-sustentado? Há dois anos atrás, a revista *Science* publicou um manifesto assinado pelos presidentes das maiores corporações americanas (como General Motors, Eastman Kodak, Du Pont, IBM etc) contrapondo-se aos cortes de verbas para a pesquisa nas universidades americanas. Alegavam que a pesquisa básica é tarefa essencial e que deve ser financiada basicamente pelo Estado. E - sabemos bem - é muito difícil que haja desenvolvimento de pesquisa aplicada, de tecnologia, sem um ambiente onde se sabe "como-se-faz" ciência.

A atual greve talvez recoloca as condições para a discussão de um projeto alternativo. Também pode ter como uma de suas consequências a aceleração do processo de autonomia das universidades. A autonomia pode, por um lado, atender a uma demanda antiga da comunidade universitária. Por outro, encerra riscos sérios, pois pode significar a consolidação de liberdades de investigação científica e implantação de cursos; liberdade de gestão e captação de recursos junto ao setor privada desviando-a de suas funções. Pode também significar a quebra de isonomia tanto inter como intra-universitárias; um crescente abandono das universidades à uma sorte que mostra-se sombria.

O governo já acena com a possibilidade de implementar projetos piloto de autonomia. O alerta está dado.

Na escolha do rumo geral vai pesar a capacidade dos vários setores da comunidade universitária em construir um projeto alternativo conjunto. Projeto que passa por uma reestruturação de carreiras técnica e docente, pela definição de políticas educacionais e pedagógicas, definições de cursos, políticas de ingresso e expansão de vagas, projetos não-convencionais de educação, projetos de assistência e serviços, políticas de pesquisa e pós-graduação.

As várias entidades - ANDES, FASUBRA, UNE e ANDIFES - tateiam em busca de respostas. Até hoje este projeto não existe. É importante ter claro que as frases de efeito do passado não dão conta dos desafios pelos quais passa a universidade hoje. Mas existem princípios fundamentais, que podem servir de base para uma proposta.

AMÉRICO BERNARDES É PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

COM A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA ALTERAM-SE AS RELAÇÕES DE GÊNERO. RECAE SOBRE AS MULHERES GRANDE PARTE DO PESO DA DETERIORAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO PROVOCADA PELAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

ANDREA BUTTO

A reestruturação capitalista provoca uma ampla recomposição das relações sociais, tanto nos países centrais como na periferia do sistema. A estrutura de classes, as relações no interior das classes, os ramos econômicos, as qualificações profissionais, o papel do Estado, a inserção da economia nacional no mercado mundial sofrem mudanças profundas, estabelecendo novas hierarquias de poder. E se alteram também as relações de gênero. São estas mudanças na situação da mulher que vamos examinar aqui – referenciadas na situação latino-americana e, em especial, na brasileira.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

O destino das mulheres normalmente era, nas teorias do desenvolvimento econômico, tratado como parte das estruturas familiares, que deveriam se modificar com a introdução de relações mercantis, o avanço do capitalismo e a proletarianização da força de trabalho masculina – esse era o enfoque, por exemplo, das teorias da modernização em voga nos anos 50 e 60. A situação das mulheres só veio a ser considerada um aspecto específico do desenvolvimento a partir dos anos 70. Com a iniciativa da ONU de convocar um Ano Internacional da Mulher para 1975, surge um novo discurso, que reconhece a necessidade de estimular a plena integração das mulheres no desenvolvimento.

A temática da mulher no desenvolvimento está presente, desde então, em parte da discussão dos órgãos internacionais de assistência e financiamento e em seus desdobramentos nos países da periferia. Parte deste debate termina influenciando em projetos de órgãos governamentais nacionais e de agências internacionais, nos quais as mulheres são identificadas como grupo-meta de políticas que visam sua promoção econômica e social – através da superação do déficit que vivenciam em áreas com educação, saúde e qualificação ocupacional. Algumas vezes, o corte de gênero não é destacado, mas as mulheres são tratadas como as mais pobres entre os pobres e se tornam, enquanto tais, objeto de políticas que terminam por reafirmar sua tradicional posição subordinada.

Estes debates se cruzam, cada vez mais, com as determinações decorrentes do predomínio das políticas neoliberais, inicialmente nos países centrais

AS MULHERES ENTRE A

e, nesta década, em todo o mundo. O aumento das desigualdades sociais, a redução das atividades sociais dos Estados, a privatização dos serviços públicos, a concentração de renda e a liberalização das economias nacionais em benefício dos setores mais oligopolizados do capital são consequências do novo padrão de acumulação sentidas em todos os cantos do planeta, mas com muito mais peso na periferia do sistema. E o aumento da pobreza para amplos setores da população que daí decorre é uma realidade que, como muitas outras, se expressa com um claro corte de gênero.

PIORES EMPREGOS E SALÁRIOS

É assim, por exemplo, com o emprego. As tendências gerais das políticas neoliberais tem sido apontadas por muitos autores: a redução do emprego no setor industrial e o aumento no terciário; a queda do emprego público; o aumento da ocupação nas pequenas e micro-empresas.

Mas elas significam coisas diferentes para homens e mulheres. As políticas neoliberais tem como pressuposto a manutenção da divisão social do trabalho, que atribui às mulheres funções de reprodução e produção orientadas para a sustentação de sua família. Com o crescimento da pobreza da maioria da população e a erosão dos seus direitos sociais e dos serviços públicos que os viabilizam, aumentam a carga de trabalho e os esforços que tem que ser empreendidos pelas mulheres para manter a família. Ao mesmo tempo, a redução dos salários masculinos e a aspiração à autonomia das mulheres continuam impulsionando sua entrada no mercado de trabalho.

Mas as mulheres ingressam num mercado de trabalho extremamente segregado, com as mais instruídas concentrando-se em alguns setores do terciário (educação, saúde, serviços públicos) e as menos instruídas nos setores não estruturados e de baixa produtividade da indústria, do comércio e no serviço doméstico remunerado. A terceirização e subcontratação de uma série de serviços de apoio às empresas (e a precarização que a acompanha) degrada as condições de trabalho de um grande número de mulheres cujos empregos aí se concentram – em áreas como alimentação, limpeza, recursos humanos, transportes, telefonia etc.

A mercantilização da economia rural dificulta a tradicional conciliação entre as atividades produtivas e domésticas, aumentando o número de mulheres envolvidas nos cultivos intensivos, desqualificando parte do trabalho artesanal e reduzindo o tempo disponível para o trabalho doméstico. Soma-se a isso que a política de reforma agrária ignora a mulher se ela não é parte de uma família chefiada por um homem.

O setor “informal” da economia cresce na tentativa de amortecer o choque do “ajuste estrutural”. Em 1990, 24% das mulheres estavam, no Brasil, empregadas ou trabalhavam como ajudantes não remuneradas de outros membros da família, numa situação muito precária.

A consequência é que, enquanto cresce a participação das mulheres na força

de trabalho, cai a renda das mulheres em relação aos homens – e isso em um quadro da queda geral dos níveis de renda dos setores mais pobres da população. Além disso, o trabalho doméstico não remunerado tem que ser intensificado para compatibilizá-lo com as atividades das mulheres visando compensar a renda familiar cada vez mais insuficiente. Estes problemas são ainda mais agravados para o caso da mulher negra.

DETERIORAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS

A redução dos gastos governamentais com os serviços sociais, em algumas áreas o seu sucateamento, tem duas consequências: para os que podem adquirir estes bens e serviços no mercado, representa sua privatização; para aqueles cuja renda não permite isso, a exclusão do acesso a eles. Isso vale para áreas tão diversas como educação, saúde, previdência, transportes, lazer, segurança, assistência social etc. E várias incidem mais diretamente sobre as condições de vida das mulheres do que dos homens.

Assim, por exemplo, apenas 5% das crianças brasileiras entre zero e três anos de idade frequentam creches. Mas elas representam apenas 3% das originárias de famílias pobres, contra 14% das provenientes das de renda mais elevada. A precarização destes serviços aumenta o tempo a ser dispendido com o cuidado das crianças por parte das mulheres e aumenta suas limitações profissionais e ocupacionais em relação aos homens. Consequências semelhantes podem ser observadas no que diz respeito ao cuidado com os doentes e os idosos e todas as tarefas reprodutivas e de cuidado com a família – que, se não socializadas, continuam recaindo fundamentalmente sobre as mulheres.

Estas mudanças incidem sobre uma situação já muito difícil. No caso do Brasil, a precária estrutura pública de serviços sociais montada nas últimas três décadas está longe de ser de acesso universal ou de ter uma qualidade aceitável, embora existam exceções. A luta colocada deveria ser, em grande medida, não pela sua defesa, mas pela sua expansão e melhoria. Mas a ofensiva neoliberal impõe, na defesa dos interesses da maioria das mulheres, a necessidade de combinação dos dois movimentos.

O IMPACTO CONTRADITÓRIO NA ESTRUTURA FAMILIAR

O impacto da reestruturação capitalista e das políticas neoliberais se combina com a continuidade e redefinição das tendências anteriores de mudança



da estrutura familiar. Existe hoje uma grande diversidade de grupos familiares no Brasil. O número de famílias nas décadas de 70 e 80 quase dobrou, passando de 18,4 para 36,6 milhões enquanto o seu tamanho diminuía, em média de uma pessoa (de 5,0 para 4,1). Na organização interna das famílias ainda predomina o casal, com ou sem filhos. Mas a última década foi marcada pelo aumento das famílias “monoparentais” (grupo formado por mãe ou pai com filhos). Houve uma diminuição relativa das famílias constituídas por casal com filhos; as taxas anuais de crescimento desse grupo foram, na década de 80, as mais baixas da história (2,8%). As famílias monoparentais, por outro lado, conheceram, nas últimas duas décadas, uma taxa média de crescimento de 5% ao ano. Este crescimento é um

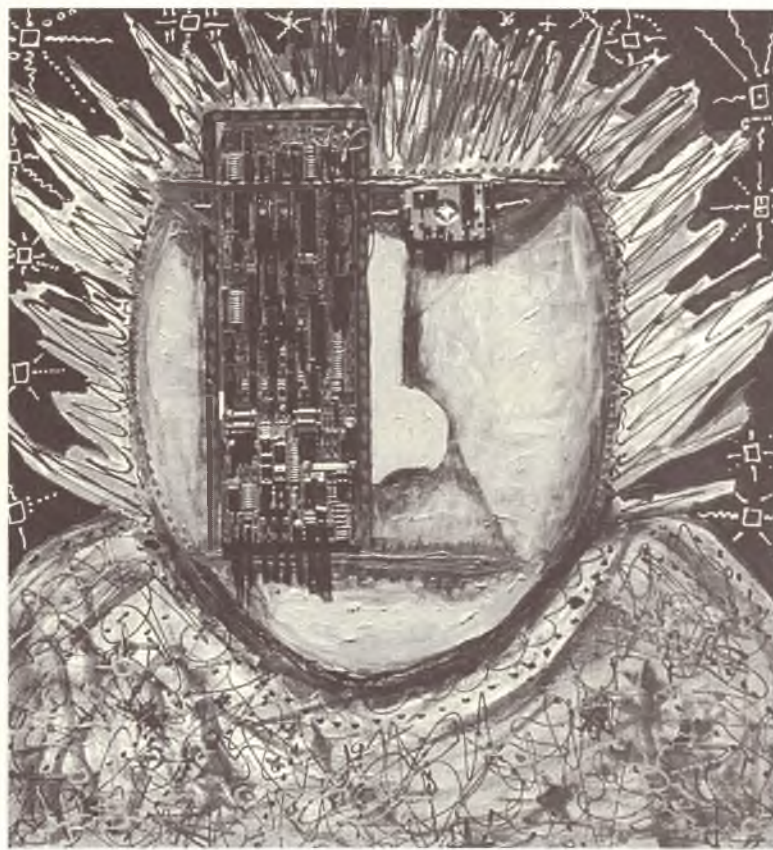
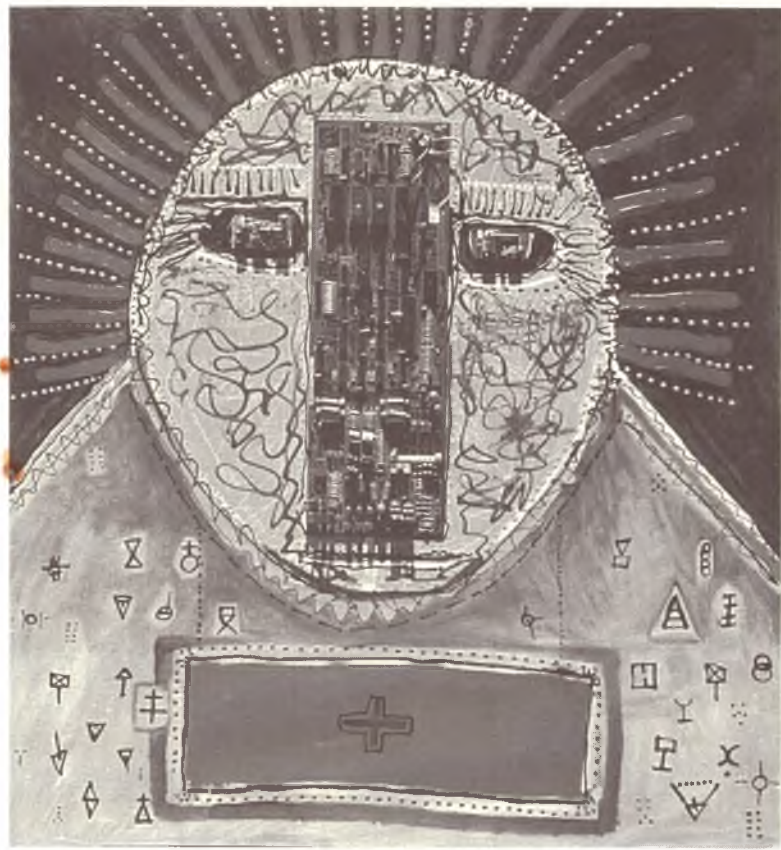
PORTUGAL: O PAÍS

Passado um ano da apresentação e derrubada dos dois projeto-lei que previam o aborto a pedido da mulher até às 12 semanas, a Juventude Socialista (JS) e o Partido Comunista Português (PCP) voltaram à carga, acompanhados ainda pela proposta de referendo vinda do Partido Social Democrata (PSD). A posição do PS, nessa altura, principalmente a do primeiro ministro António Guterres (um beato feroz), em relação ao referendo era de aceitá-lo, caso passasse algum dos projetos mais emancipatórios para a mulher.

No ano anterior, o projeto do PCP foi derrubado por ampla maioria e o da JS por um voto. Em fevereiro de 1997, passou um projeto vindo dum médico do PS que previa alargamento de prazos até às 24 semanas nas situações de malformação incompatível com a vida. Desta discussão, saiu um PS dividido e sem referências. O fato do primeiro ministro ter assumido publicamente que era católico e contra o aborto, fez com que a ala mais à esquerda deste partido, que se pretende laico, tivesse ficado revoltada no silêncio.

Este ano, são novamente apresentados os projetos-lei do PCP e da JS, juntamente

FAMÍLIA E A POBREZA



FERNANDO DUARTE. CIRCUITOS HUMANOS INTEGRADOS, 1997

fenômeno novo, que deve ser destacado, e de certa forma condensa os processos mais gerais que incidem sobre a família.

O aumento da chefia familiar entre as mulheres, está diretamente relacionado com a pobreza. Isso explica porque esse aumento tem um forte componente regional. A maior quantidade destas famílias podem ser encontradas nas áreas mais carentes do norte-nordeste do Brasil (por exemplo, as regiões metropolitanas de Belém, Recife e Salvador). As famílias chefiadas por mulheres são predominantes entre os setores mais pobres da população, porque estas mulheres têm capacidade de ganho mais baixa do que os homens e não porque elas ganhem menos que outras mulheres, tenham mais crianças ou estas famílias tenham menos adultos; não

é a composição interna dessas famílias o elemento gerador de pobreza, mas sim a condição de trabalhadoras das mulheres que chefiam famílias.

As mulheres chefes são mais velhas que os homens chefes, são menos instruídas, participam menos do mercado de trabalho e tem níveis de renda mais baixo que os homens. E as mulheres chefes com crianças em relação às demais mulheres chefes de família (aquelas cujos filhos já abandonaram a casa) são mais jovens, igualmente instruídas, mais propensas a participar do mercado de trabalho, têm níveis de renda médio mais baixos e representam as famílias mais pobres do total de famílias. Aqui, o impacto das políticas neoliberais se faz sentir com toda sua aspereza.

Mas a maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho ou setor

informal provoca também algumas mudanças positivas que podem ser observadas na organização e funcionamento da família, com repercussões nos papéis e relações econômicas na família, nos padrões de autoridade, hierarquia, distribuição de responsabilidades, nas decisões e relações de casal—embora empregos de parca remuneração resultam pouco atrativos para o desenvolvimento pessoal e auto-estima das mulheres pobres.

A mulher tem um papel mais decisivo na manutenção da família e há, em relação aos homens, um afrouxamento nas expectativas em relação ao seu desempenho de esposo, a ponto deles se tornarem apenas colaboradores no sustento da casa. Esta redução das funções dos homens na vida doméstica corresponde, portanto, à ampliação das fun-

ções das mulheres, situação que contradiz os padrões sociais tradicionais que orientam a divisão sexual do trabalho e provoca um acirramento das tensões no interior das famílias.

Estas famílias se constituem desta forma porque relações de poder anteriormente estabelecidas entre homens e mulheres definem as relações com a pobreza. É errado atribuir a expansão dessa nova modalidade de família apenas à imigração, ao empobrecimento e à manutenção de padrões tradicionais de convivência—reforçando a idéia de que se trata de famílias incompletas, vulneráveis e desejosas de um líder masculino. E secundarizar o fato de que, nas famílias, são as mulheres as que recebem maior sobrecarga de trabalho e que passam a assumir responsabilidades antes compartilhada com os seus companheiros ou maridos.

A diversidade empírica das famílias é decisiva para a mudança na representação social e padrões culturais. Ela possibilita o desenvolvimento da identidade de gênero para além da exclusividade de mães e esposas. Não podemos confundir a família como uma construção ideológica e a real experiência de homens e mulheres em diferentes arranjos familiares.

As famílias chefiadas por mulheres são expressão de uma diversidade que questiona as construções ideológicas tradicionais, confrontando-as com as experiências reais das mulheres, que subverte antigas formas de ordenação das relações de gênero. Embora várias transformações que as mulheres estejam vivenciando não lhe sejam favoráveis, é importante reforçar o significado positivo de projetos autônomos e espaços próprios que incluam a redefinição das relações de poder construídas nas famílias e buscar um maior equilíbrio nas decisões, na divisão de responsabilidades domésticas e na distribuição do tempo de trabalho ou livre.

ANDREA BUTTO É PROFESSORA DE ANTROPOLOGIA DA UFRPE E MEMBRO DO DR DO PT DE PERNAMBUCO

DAS AVESTRUZES



com outros dois, que expressam a posição da direita mais reacionária, um de dois deputados do PS, outro do Partido Popular (PP), além do projeto de referendo do PSD. A proposta da JS teve a preocupação de conseguir um compromisso com a bancada parlamentar, diminuindo o prazo em que o aborto pode ser feito a pedido da mulher; que passa das 12 para as 10 semanas e introduz as razões sócio-econômicas para o aborto de origem médica. O PS assumiu como sendo a proposta deste partido, assim como se assume contra o referendo por uma questão de princípio: não se referenda se a mulher tem ou não direito à saúde pública.

REFERENDO CONTRA A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Mas na altura em que começa a ser feita a discussão do projeto do referendo, o líder parlamentar do PS avança um único argumento contra o referendo, o de não haver disponibilidade de tempo para se efetuarem três referendos no mesmo ano—sinalizando que uma negociata estava sendo feita nos bastidores. O PSD não sub-

mete a sua proposta a votação e promete apresentar uma data possível, posteriormente. Deste debate foi finalmente aprovada a proposta da JS. Mas esta vitória durou pouco; no dia seguinte o líder da bancada do PS informou que o partido aceitaria o referendo se o PSD cedesse em algumas exigências, assumindo uma posição contra seus militantes e a própria sociedade para retirar benefícios políticos destas negociatas como PSD.

A onda de indignação face a esta realidade está sendo estrondosa: parece que finalmente acordaram as mulheres que pareciam adormecidas desde 1982, altura em que foi votada a primeira lei sobre aborto em Portugal.

No momento é dado como certo um referendo sobre aborto na primeira semana de julho (provavelmente no dia 5) com a seguinte pergunta: "Concorda com a despenalização da Interrupção voluntária da gravidez se realizada por opção da mulher, nas dez primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?". Mas o PSD, não contente com isto, acha que o PS terá de abandonar seu projeto o alargar o prazo do aborto terapêutico de

12 para 16 semanas e também a explicitação de que este não é penalizado quando feito para evitar lesões físicas ou psicológicas originadas "designadamente por razões de natureza econômica e social".

Esta luta prenuncia-se difícil, tanto pela data marcada como pelas características católicas do país. Julho é altura de férias para muita gente dos centros urbanos, região mais receptiva à despenalização.

Para fazer frente à igreja católica e ao movimento "Juntos pela Vida" temos as várias organizações de mulheres que foram ressuscitando durante todo este processo, o PSR, o PCP, a "Plataforma pelo Direito de Optar" que junta gente de várias organizações e um movimento cívico, que se organizou inicialmente por iniciativa das mulheres socialistas indignadas com o procedimento da sua bancada parlamentar. Embora pareça que cada organização vá fazer uma campanha própria, todos os esforços estarão canalizados para o movimento chamado "Tolerância", o único que reúne condições para se contrapor aos "Juntos pela Vida".

Alexandra Dourado



VOCÊ PODE FUMAR BASEADO....

Já está disponível o polêmico relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os efeitos da maconha no organismo. Resultado de um longo trabalho iniciado em 1993, o relatório nasce sob um tremendo fogo cruzado. O maior problema foi a acusação da revista inglesa *New Scientist* de que partes do relatório foram suprimidas por razões políticas. A parte do relatório onde se concluía que os efeitos da maconha sobre o organismo eram menos nocivos que os do álcool ou do tabaco não consta da versão final. Os responsáveis disseram que os resultados ainda não seriam totalmente conclusivos e isto poderia ser um estímulo aos defensores da descriminação do uso da maconha. O ataque partiu de defensores da liberdade de opinião e de publicação dos resultados da pesquisa científica, sem se prender a razões de estado.

O relatório desmonta alguns propalados mitos sobre o uso da maconha: produz infertilidade, destrói células nervosas ou induz à violência. Confirmou-se que uso crônico pode afetar as funções cognitivas, mas o relatório não confirma que há dano estrutural no cérebro. Também se confirma que pode ser criada dependência entre os usuários crônicos (diários). A larica foi comprovada cientificamente, mas ninguém entende porquê. O relatório está na *Superinteressante* de abril (www2.uol.com.br/super/super0498/macon.html).

A MULHER MAIS VELHA

A edição de abril da revista *Ciência Hoje* traz uma reportagem sobre o envelhecimento da população brasileira. Na capa, a foto da mulher mais velha do mundo Maria do Carmo Gerônimo, uma brasileira que já lá vai pros seus 127 anos de vida.

Mais velho ainda é o esqueleto de Luzia. Trata-se do fóssil humano mais velho encontrado em todo o continente americano (não só do Sul). Na verdade é o crânio de uma mulher que morreu entre os 20 e 25 anos de idade há uns 11.000 a 12.000 anos atrás. Este fóssil foi encontrado na região de Lagoa Santa, perto de Belo Horizonte/MG. O mais surpreendente no caso é que trata-se do crânio de uma mulher de origem africana e não de população mongolóide (de origem asiática). O surpreendente resultado mostra que os primeiros habitantes do continente podem ter sido de origem africana e não asiática, como até hoje se supunha.

A nova teoria supõe que houve quatro grandes migrações entre a Ásia e as Américas: a primeira delas, formada por indivíduos com características mais semelhantes às populações africanas, teria sido suplantada posteriormente por populações com características mongolóides mais bem definidas. Ainda é muito cedo para se afirmar se houve eliminação entre populações concorrentes ou se houve miscigenação. Os resultados do estudo do Prof. Walter Neves, da USP, foram apresentados na reunião da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAC). Maiores detalhes no caderno *Mais*, da *Folha de S. Paulo* de 05 de abril de 1998.

SEMENTES DE GALÁXIAS

A descoberta de uma população de galáxias jovens datadas de cerca de 1/10 da atual idade do universo (atualmente estimada como da ordem de uns 15 bilhões de anos) lança novas luzes sobre o processo de formação das galáxias. Trata-se de um retrato das atuais galáxias mas tirado no momento quando ainda eram muito jovens. Para se ter uma idéia mais clara deste fato, lembre-se que a luz viaja a cerca de 1 bilhão de km/h, mas a uma velocidade ainda assim finita. A luz do que ocorreu a grande distância da Terra demora certo tempo para chegar aqui: as imagens do céu que vemos são fotos de passados mais ou menos remotos. Os resultados publicados mostram que a formação de aglomerados de galáxias podem ter ocorrido muito antes do que se imaginava, o que reforça a idéia de que nosso universo é preenchido por matéria escura fria (que não é observada diretamente). Maiores detalhes: *Nature*, 26 de março de 1998.

Américo Bernardes

A GLOBALIZAÇÃO E O MURO DE NOGALES

1.185 IMIGRANTES MORRERAM EM QUATRO ANOS TENTANDO CRUZAR O MURO DE NOGALES, MAIS QUE OS 807 QUE MORRERAM NO MURO DE BERLIM EM SEUS 30 ANOS DE EXISTÊNCIA

OTAVIANO DE CARVALHO

U dos programas de passeio mais concorridos dos habitantes da parte mexicana da cidade de Nogales é apreci-

ar a nova forma e a cor do muro que a divide da parte norte americana. Afinal, para os mexicanos impedidos de entrar nos Estados Unidos é a oportunidade de, através das vidraças em azul, ver o país que mais defende a globalização. Ver, eles podem, entrar não!

De *light* o muro tem apenas a cor salmão e o azul de suas janelas. Com quatro metros de altura e com janelas de puro aço, o muro de Nogales é o mais perfeito símbolo da hipocrisia reinante no chamado "mundo globalizado". Afinal, ele é apenas um símbolo dos 3.140 km que separam os Estados Unidos da América do resto da América Latina.

Segundo estudo divulgado pela Universidade de Houston, nos Estados Unidos, somente nos últimos quatro anos, 1.185 imigrantes morreram ao tentarem atravessar as barreiras montadas pelo governo dos EUA e o deserto que separa os estados do Arizona e Sonora, nos dois países. Ainda segundo a mesma universidade, outras 429 mil pessoas foram presas. Para recuperar a memória, registramos que o vergonhoso muro de Berlim, que durante 30 anos separou a cidade em duas partes, foi responsável pela morte de 807 pessoas.

Enquanto os meios de comunicação de massa, repercutem no dia a dia os discursos dos velhos e novos neoliberais sobre a "globalização", o que vemos é o fechamento das fronteiras dos países para milhões de trabalhadores. Se são pobres, são imigrantes. Se são ricos, são tu-

ristas. Como já escreveu o economista Paulo Nogueira Batista Jr., temos o *pa-leoliberalismo*, e que a "globalização" dos atuais neoliberais é uma revolta contra o século XX. Contra o que de melhor se acumulou no nosso século: direitos sociais e direitos trabalhistas. A globalização do fim de século passado era mais efetiva, pois a imigração dos trabalhadores era basicamente livre. A atual "globalização" permite apenas que os capitais escolham entre as diversas alternativas de valorização.

O fato concreto é que o avanço dessa "globalização" tem aumentado a exclusão de regiões inteiras do mundo e de setores sociais cada vez mais amplos dentro de todos os países. O desemprego atinge, hoje, 16% da população ativa de nosso país, que a cada dia se integra mais e mais na atual "globalização". Na região metropolitana de Salvador na Bahia, um entre cada 4 adultos está desempregado. Na França, o desemprego é de 12%. Na Espanha, de 23%.

Não podemos deixar de defender os direitos dos povos. Temos o dever de lutar pela ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores, e contra a lógica perversa do capital e do mercado. Afi-

nal, não aceitamos acreditar na hipocrisia dos que apregoam a marcha inexorável da humanidade rumo a "globalização" e convivem com o muro de Nogales.

Como bem lembra o economista João Machado, o processo de internacionalização da economia capitalista é tão velho quanto o próprio capitalismo; desde seus inícios a economia capitalista integrou os diversos capitalismos nacionais em um mercado mundial. O que variou, ao longo das épocas, foi a intensidade dessa internacionalização. É real o fato de que as novas tecnologias de comunicação e transmissão de informação ampliou, em muito, a "mundialização do capital".

O nosso desafio é usar a revolução nos meios de comunicação, com redução de tempo e custo, para aproximar os povos e os indivíduos, construindo uma sociedade onde o bem-estar da população esteja acima dos interesses do mercado oligopolizado, selvagem e destruidor.

OTAVIANO DE CARVALHO É JORNALISTA E DEPUTADO ESTADUAL PELO PT DO ESPÍRITO SANTO



O FUTURO DO *EM TEMPO*

O *Em Tempo* chega aos seus vinte anos e ao final do milênio como a mais antiga publicação da esquerda marxista brasileira. Apenas esta condição já seria suficiente para marcar o seu valor e importância para a cultura socialista em nosso país.

Mais do que qualquer outro campo da vida social, é na imprensa — na sua capacidade de difundir metodicamente valores, idéias, visões de mundo — que a tradição socialista revela sua crise. O PT por sua raiz e força social, por sua capacidade de mobilizar recursos, seria potencialmente capaz de gerar um projeto amplo, democrático, de massas e nacional. Não o faz por carecer, a esta altura, de uma unidade programática e de um sentido mais nítido de delimitação ideológica.

Tem, portanto, um sentido de “provação interessante”, de alargamento do campo de visão, de depuração de condicionamento conjunturais — de sonhar mais alto, enfim a pergunta: o que será e o que pode ser o *Em Tempo* em 2018, quando dobrar a sua idade atual?

O FUTURO, A QUEM PERTENCE?

Uma primeira aproximação à pergunta formulada seria a seguinte: o futuro do *Em Tempo* depende do futuro do socialismo, do marxismo, do PT. Quanto mais força tiver o movimento socialista no plano internacional mais atração e difusão poderá ter o *Em Tempo*. Quanto mais recomposto e rearticulado estiver o campo teórico do marxismo mais legitimidade pública terá o *Em Tempo*. Quanto mais o PT sintetizar cultura marxista e influência social mais possibilidade terá o *Em Tempo* de universalizar-se, de multiplicar seu público e influência.

E nesta primeira resposta está certamente toda a grandeza de nossa publicação: nos 150 anos do “Manifesto Comunista”, como propunha Marx, não há entre os marxistas e o futuro do movimento real de emancipação concebido em sua totalidade nenhum viés parcial ou sectário mas profunda identidade de destinos.

O FUTURO, QUEM O CONSTRÓI?

Retomando a fórmula de Maquiavel de que o futuro deve ser pensado a partir da combinação entre as circunstâncias imprevistas dos acontecimentos (os quais não controlamos) e o exercício permanente de nossas virtudes de agir interativamente sobre o mundo.

O que confere mais identidade e força ao *Em Tempo* é a sua reiterada disposição de defender a atualidade do marxismo e de renová-lo no sentido dele estar à altura dos acontecimentos. É na medida em que tiver sucesso neste empreendimento que o *Em Tempo* poderá se vincular às correntes mais contemporâneas do socialismo internacional e contribuir para o futuro do PT.

Podemos marcar, em linhas gerais, três grandes momentos da relação do PT com o marxismo. Um primeiro, o momento da fundação, em que o PT acolhe em seu interior, em seu programa, em suas concepções as correntes marxistas críticas às tradições estalinista ou reformista.



HÁ VINTE ANOS

O *EM TEMPO* começou a circular em fins de 1977. A iniciativa da sua formação coube a um grupo de militantes que participávamos, até alguns meses antes, da sucursal de Belo Horizonte do jornal *Movimento*. Este jornal cumpria então um papel importante na resistência à ditadura militar; mas sua orientação política, afinada basicamente com a do PC do B, privilegiava uma linha de defesa de liberdades democráticas em aliança com a burguesia nacional. Criticávamos esta formulação por vários motivos. Teoricamente, questionávamos a existência de uma verdadeira burguesia nacional, isto é, com interesses claramente contrapostos aos do imperialismo, no Brasil do “milagre econômico”. Além disso, politicamente acreditávamos que esta orientação levava à perda da independência política dos trabalhadores, a uma subordinação política à burguesia “democrática”, representada naquele momento pelo MDB.

Os que formaram o *EM TEMPO* definiram sua orientação básica como a de defesa das liberdades democráticas do ponto de vista dos trabalhadores. Com isto, entendíamos, naturalmente, que a luta por liberdades democráticas devia ser conduzida numa perspectiva de independência de classe, buscando um espaço próprio dos trabalhadores, e articulada portanto com a luta pelo socialismo.

O projeto de fundar o *EM TEMPO* não foi pensado apenas como o de fazer um jornal. Queríamos contribuir para a aglutinação dos setores da esquerda brasileira que se situavam à esquerda do PCB e do PC do B, e que buscavam uma alternativa

diferente das estratégias derrotadas no início dos anos 70.

Inicialmente, de fato, conseguimos que vários setores participassem do *EM TEMPO*, e não apenas gente que tivesse participado antes do *MOVIMENTO*. Contudo, com o tempo, diversos companheiros deixaram o jornal, individualmente ou em grupos, em geral por divergências políticas. Alguns participaram da formação de outros jornais. A idéia de que o *EM TEMPO* viesse a ser o porta-voz de um setor amplo da esquerda radical, assim, não se concretizou.

Contudo, cerca de dois anos depois da fundação do *EM TEMPO*, o início da construção do PT veio a dar um novo sentido ao jornal. De fato, contribuir para a construção de um partido como o PT caía como uma luva na idéia de defender as liberdades democráticas numa perspectiva de independência de classe dos trabalhadores.

Mas o *EM TEMPO*, nas condições em que se formou o PT, não poderia ser o seu porta-voz (idéia que os que dirigíamos o *EM TEMPO* acalentamos por um curto período). O jornal se orientou então para contribuir para a construção do PT como jornal de uma corrente política no seu interior. Isto ganhou uma forma mais clara com a formação, em dezembro de 1979, da *Democracia Socialista*, a partir do setor de militantes que dirigia o *EM TEMPO*. A *DS* de então teve um papel central na construção do que é hoje a tendência *Democracia Socialista* (assim definida desde 1988, após a aprovação da regulamentação do direito de tendência no PT).

E o *EM TEMPO* de hoje, sem dúvida, mantém a coerência da proposta original: a luta pela democracia do ponto de vista dos trabalhadores.

João Machado

Um segundo período até 1989 em que a expansão do partido, em meio a um cenário de poderosos movimentos sociais faz-se em relação positiva com a

cultura do marxismo, culminando na elaboração do programa democrático-popular, que previa reformas estruturais e uma pressão transbordante sobre a

O *EM TEMPO* CHEGA AO SÉCULO XXI COM A GRANDE RESPONSABILIDADE DE SER UM INSTRUMENTO DE RENOVAÇÃO DAS ENERGIAS UTÓPICAS DO PT ATRAVÉS DE UMA NOVA SÍNTESE DA CULTURA PETISTA COM UM MARXISMO CRÍTICO

JUAREZ GUIMARÃES

ordem capitalista no Brasil.

Um terceiro momento, que cobre toda a década de noventa, é marcado exatamente pela exacerbação das pressões neoliberais sobre a cultura socialista, por uma relação crescentemente tensa, problemática ou até negativa do PT com a cultura do marxismo.

Neste contexto adverso, o papel transcendental do *Em Tempo* tem sido basicamente o de defender, em meio a uma polarização esquerda/direita, os valores, programas, perspectivas conquistados no período anterior.

UM MARXISMO CRÍTICO

Em um ensaio publicado recentemente no *Em Tempo*, Michael Lowy chama de “marxismo crítico” os esforços contemporâneos de refundação do marxismo, atualizando-o sem perder os fundamentos clássicos de emancipação humana que marcam a sua origem.

Em um período anterior, chamávamos de “marxismo revolucionário” o nosso marxismo, em uma expressão conscientemente reiterativa (já que marxismo e revolução são irmãos siameses) para estabelecer a diferença com os “marxismos reformistas”, em suas versões estalinistas ou social-democratas.

Agora a expressão “marxismo crítico” tem três significados complementares e articulados. Em primeiro lugar, busca a capacidade de repensar auto-criticamente a própria tradição socialista e marxista. Em segundo lugar, busca exercer a crítica aos fundamentos do liberalismo, aos princípios civilizatórios que marcam o capitalismo. Por fim, a ambição de renovar analítica e programaticamente o marxismo diante das novas configurações do mundo.

Nenhuma teoria de emancipação se refaz no plano da pura doutrina. Assim deve ser o marxismo. Em grande medida, a sua capacidade de renovação depende de interpretar corretamente este novo momento histórico, de ligar-se organicamente à luta dos oprimidos e às suas esperanças.

O *Em Tempo*, expressão de uma tendência orgânica do PT, está numa posição privilegiada para combinar a busca deste marxismo crítico com a resposta aos dilemas históricos vividos pelas classes trabalhadoras do Brasil. É preciso, com a consistência e a legitimidade que a sua história de vinte anos lhe confere, que o *Em Tempo* trabalhe com ousadia e espírito pluralista para que o PT refaça as suas energias utópicas alimentando-se de novos horizontes abertos por um marxismo crítico.

JUAREZ GUIMARÃES É PROFESSOR DA UFMG E FOI EDITOR DO *EM TEMPO*

Invenções e mutações

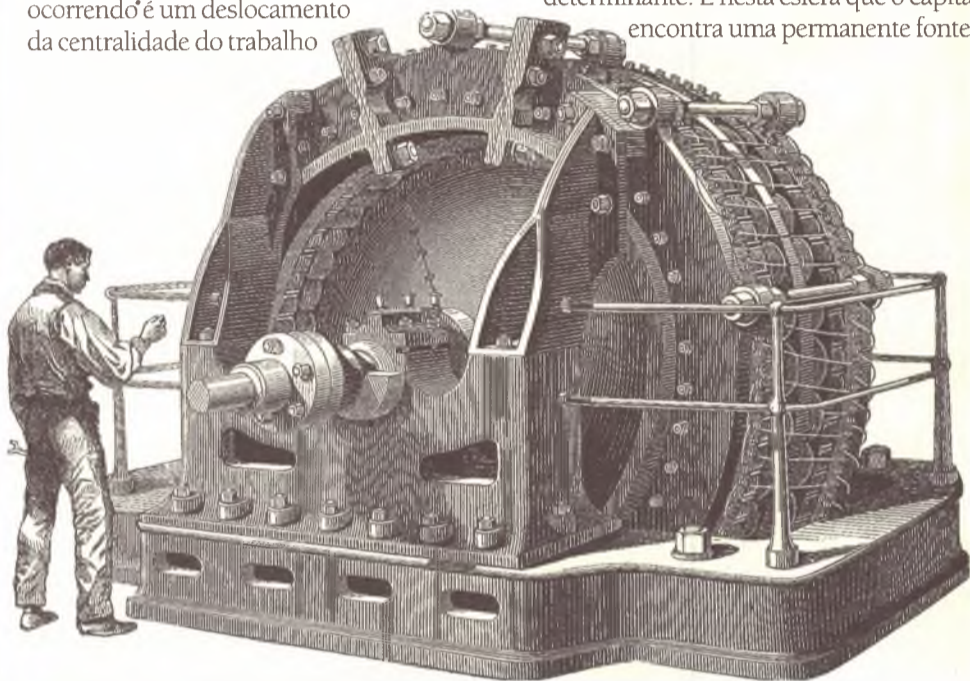


Eduardo da Motta e Albuquerque. *Invenções e mutações. O progresso científico-tecnológico em Habermas, Offe e Arrow.* Belo Horizonte, UNA, 1996. 207 p.

Claus Offe, publicado no livro *Capitalismo desorganizado* (São Paulo: Brasiliense, 1989), tornou-se, há alguns anos, a principal referência para o debate sobre a questão do trabalho. Ele lançava a pergunta: o trabalho ainda continua sendo a categoria sociológica chave para o estudo da sociedade atual? E respondia pela negativa.

A obra de Eduardo Albuquerque oferece uma resposta diferente, fruto de um fértil trabalho interdisciplinar: o que assistimos é um reposicionamento do trabalho. O primeiro capítulo do seu livro defende a idéia de que o que está ocorrendo é um deslocamento da centralidade do trabalho

quinto e final do livro, que examina o impacto do reposicionamento do trabalho e da aplicação sistemática da ciência à produção sobre o processo de valorização do capital. O seu mote é a contradição apontada já por Marx nos *Grundrisse*: “a desproporção entre as forças produtivas colocadas em movimento pelo ‘general intellect’ e a base mesquinha de sua medição através do tempo de trabalho” (isto é, pela forma valor que organiza a produção e o conjunto da atividade econômica sob o capitalismo). Como afirma Eduardo, “há uma mudança decisiva no capitalismo onde o conhecimento se transformou em uma força produtiva imediata: o centro dinâmico do sistema está fora da operação imediata da lei do valor... Para que o valor continue a vingar, é necessário o desenvolvimento de uma esfera onde ele não impere (ou fora de suas regras): uma singular esfera, onde a participação de recursos públicos e estatais é determinante. É nesta esfera que o capital encontra uma permanente fonte



manual para o trabalho intelectual e não o fim do papel do trabalho na sociedade. Este tese é sustentada a partir de uma análise do capitalismo contemporâneo que destaca a integração da invenção ao processo de produção. Eduardo também debate a ascensão e queda da ética do trabalho, tão destacada na obra sociológica de Weber.

Três capítulos examinam, a seguir, algumas teorias importantes para a análise desses fenômenos no mundo atual: a compreensão do papel da ciência na teoria social de Habermas e em sua análise da crise da sociedade do trabalho; o debate entre Ian Steedman e Tessa Morris-Suzuki sobre a possibilidade ou não de uma sociedade inteiramente robotizada em bases capitalistas; e a teoria de Kenneth Arrow sobre as relações entre invenções e pesquisa, de um lado, e o mercado, de outro.

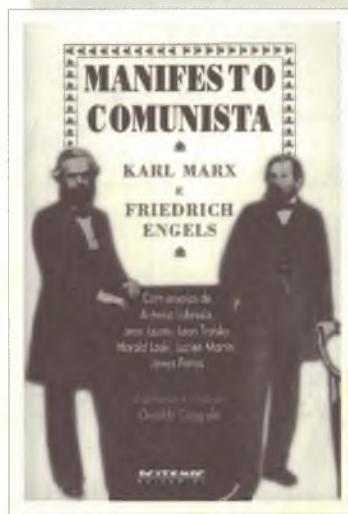
Este tema é retomado no capítulo

de conhecimento para que ainda possa ‘revolucionar permanentemente a sua base técnica’” (p.191).

Este exame do tema central da reestruturação capitalista em curso nos conduz aos debates decisivos do marxismo contemporâneo: o lugar do trabalho na sociedade e dos trabalhadores como classe na política, o potencial de dinamismo e os limites das mutações do modo de produção capitalista em curso. Uma obra importante sobre uma discussão incontornável para a renovação do pensamento socialista.

Infelizmente o livro, publicado por uma editora universitária mineira, só pode ser obtido por encomenda direta ao seu distribuidor. Os pedidos podem ser feitos à Livraria Pool Técnico, de Belo Horizonte - fone (031) 224-8077 e fax (031) 224-8322.

José Corrêa Leite



OS MUITOS MANIFESTOS COMUNISTAS

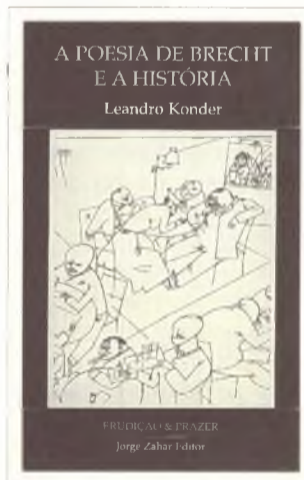
As comemorações e debates por ocasião dos 150 anos da publicação do texto que estabelece o discurso fundador da política revolucionária moderna, o *Manifesto Comunista*, ofereceram a oportunidade para a publicação entre nós de quatro coletâneas dedicadas à análise desta obra de Marx e Engels.

A primeira coletânea não poderia ser mais clássica. Intitulada *Manifesto comunista* e organizada por Osvaldo Coggiola, ela contém o *Manifesto* e seus vários prefácios e análises consagradas de Antonio Labriola, Jean Jaurès, Leon Trotsky, Harold Laski e Lucien Martin. A nota contemporânea é dada pela introdução de Coggiola e pelo texto final de James Petras, que debate a relevância atual do *Manifesto*. A obra foi publicada pela editora Boitempo de São Paulo.

A obra organizada por Jorge Almeida e Vitoria Cancelli, da secretaria nacional de formação política do PT, *150 anos do*

Manifesto Comunista (São Paulo: Xamã, 1998), abarca uma série de ensaios de intelectuais e lideranças petistas sobre o Manifesto, abrangendo todo o arco-íris de posições presentes no partido, do “Manifesto das falsas predições” de Aldo Fornazieri até “O proletariado e sua missão histórica” de Jacob Gorender, passando por textos de Léo Lince e Milton Temer, Ivan Valente, Wladimir Pomar e Paulo Singer. O mexicano Adolfo Sánchez Vásquez e o cubano Armando Hart são as presenças internacionais e João Amazonas, do PCdoB, e Valério Arcary, do PSTU, os comentaristas de outros partidos da esquerda brasileira. O texto do *Manifesto* e seus sete prefácios completam o livro.

Também é do campo do PT a coletânea, com textos de maior fôlego, organizada por Daniel Aarão Reis para a Fundação Perseu Abramo e a editora Contraponto do Rio de Janeiro. Trata-se de *O Manifesto Comunista 150 anos depois*, com artigos de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, do



BRECHT E A HISTÓRIA

Leandro Konder. *A poesia de Brecht e a história.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 108 p. R\$ 10,00.

Esta pequena mas preciosa obra de Konder, cujo lançamento passou despercebido, ganha destaque com o centenário do nascimento do teatrólogo alemão. Uma abordagem marxista da gênese da produção de Brecht, ela se dedica a tecer as relações entre sua poesia e a história de seu tempo. De brinde, desenhos de George Gorz dedicados ao cotidiano da Berlim dos anos 20.

Marcuse nos anos 60

Herbert Marcuse. *Cultura e sociedade. vol. 2.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 175 p. R\$ 19,00.

Este segundo volume de escritos de Marcuse abarca textos importantes do filósofo da Escola de Frankfurt que inspirou o movimento estudantil radical dos anos 60 (e quatro dos seis ensaios deste volume foram escritos entre 1963 e 1965). Entre eles estão uma análise de *O ser e o nada*, de Sartre, uma crítica contundente de Weber e o ensaio de Marcuse sobre “A obsolescência da psicanálise”.

ASSINE CORREIO DA CIDADANIA

ASSINATURA ANUAL (50 NÚMEROS) ASSINATURA SEMESTRAL (25 NÚMEROS)

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

CEP: _____

FONE: _____

FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Correio da Cidadania, no valor de R\$ 25,00 (assinatura semestral, 25 números) ou R\$ 50,00 (anual, 50 números). Enviar para rua Dr. Alberto Seabra, 1010, cj 31 CEP 05452-001 - São Paulo/SP

Depósito de R\$ 25,00 (semestral) ou R\$ 50,00 (anual) no Banespa, agência 0451, conta 13-001552-9, nominal ao Correio da Cidadania Ltda.



próprio Daniel, de Theotônio dos Santos, Luís Fernandes, Tarso Genro, João Antônio de Paula, Virgínia Fontes, Emir Sader e Marcelo Ridenti.

A quarta coletânea, organizada por Caio Navarro de Toledo, é *Ensaios sobre o Manifesto Comunista* (São Paulo: Xamã, 1998). Mais homogênea que as anteriores, mas ainda abarcando diferentes visões sobre a obra de Marx e Engels, ela contém alguns textos de fôlego de Lelita Oliveira, Hector Benoit, Guy Caire, Jorge Miglioli, Michael Löwy, Jacob Gorender e Wolfgang Leo Maar.

No total, são mais de trinta ensaios, a maioria de autoria dos principais intelectuais de esquerda do Brasil, que debatem os mais diferentes aspectos da política marxista, sua relevância ou não e sua incidência no mundo atual. Os quatro livros podem e devem, pois, ser considerados parte um conjunto único que divulga um debate fundamental não sobre o passado do movimento socialista mas sobre o seu futuro.

Central do Brasil: solidariedade entre os oprimidos

Filme de Walter Salles. Com Fernanda Montenegro, Vinícius de Oliveira, Marília Pera, Othon Bastos, Otávio Augusto. 112 min. Prêmio de melhor filme e melhor atriz (para Fernanda Montenegro) no Festival de Berlim.

O filme aborda de forma conjunta dois contextos, a grande metrópole (o Rio de Janeiro) e o sertão pernambucano, o mundo urbano e o rural, a prostituição adulta e o desamparo das crianças, a situação de homens e mulheres, de adultos e crianças.

O resultado é excelente. Embora destacando a cultura própria a cada cenário – como a pobreza, o acolhimento e a religião em Pernambuco e a violência, o medo e a vulnerabilidade no Rio de Janeiro – o filme mostra o cotidiano da

sobrevivência nesses lugares, as formas de convívio e adaptação a essas realidades e, principalmente, o potencial dos sentimentos que aí emergem, numa mensagem de esperança quando as pessoas se transformam em sujeitos. O alcoolismo e a desagregação familiar no sertão e o tráfico de crianças e a impunidade e legitimação da violência policial aparecem junto com a identidade e solidariedade entre os oprimidos.

A linha mestra do filme é dada pela figura encantadora

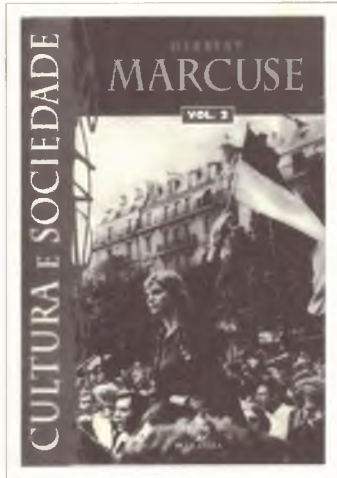
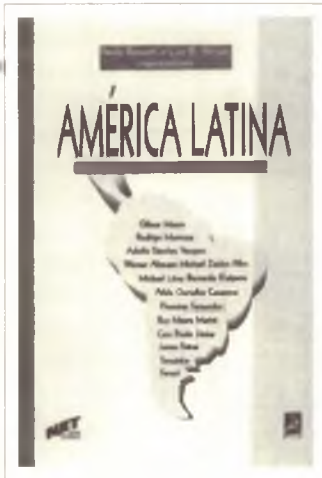
de Vinícius, uma criança que consegue transmitir bem um sentido para a vida quando esta parece confusa para os adultos. Junto dela caminham duas outras personagens, uma escrevente e sua amiga prostituta.

As amigas resolviam o destino afetivo de transeuntes de uma estação ferroviária sob referências morais muito particulares. As ligações perigosas entre a escrevente e um policial violento e a situação de abandono do menino pelo pai são subvertidas quando a prostituta se nega a continuar decidindo o destino alheio. A escrevente rompe com o policial e resolve ajudar a criança, que como ela sofreu a ruptura da família. Enfrentando situações adversas, elas retomam suas vidas na busca do afeto e semeiam esperança na vida dos que estão próximos.

Andrea Butto



DRAGUAGIO



os acompanharam, o significado da descolonização no mundo globalizado. Acompanha a obra um amplo aparato crítico.

MARXISMO NA AMÉRICA LATINA

Paulo Barsoti e Luiz Pericás (orgs.) *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

Esta interessante coletânea de textos trata do desenvolvimento do marxismo no continente (com artigos de Michael Löwy, Pablo González Casanova, Adolfo Sánchez Vásquez e Bernardo Ricúpero) e de aspectos da política revolucionária, com textos de autores clássicos (como Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, sendo o artigo deste autor o famoso "Subdesenvolvimento e revolução") e contemporâneos (que tratam, entre outros temas,

do MST, do guevarismo e do zapatismo).

Debatendo a globalização

Ladislau Dowbor, Octavio Ianni e Paulo-Edgar Resende (orgs.) *Desafios da globalização*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. 302 p. R\$ 25,00.

31 acadêmicos de esquerda (quase todos do campo do PT) debatem os mais diferentes aspectos da globalização, destacando suas implicações políticas. Entre os temas tratados, o novo lugar dos Estados nacionais, o trabalho, a exclusão social, o estrangeiro, a diplomacia, os militares, o direito, a saúde, a cultura e o meio ambiente. Uma obra bastante representativa da posição dos intelectuais brasileiros de esquerda sobre a globalização e do seu grau de reflexão sobre o tema.

TRABALHO E REVOLUÇÕES

O olho da história. Revista de história contemporânea. V. 1, n.º 4. Departamento e mestrado em história da UFBA.

O último número da revista editada em Salvador é dedicado ao tema "trabalho e revoluções na modernidade" e contém, também, uma interessante editoria sobre "cinema-história".

História das colonizações

Marc Ferro. *História das*

colonizações. Das conquistas às independências: séculos XIII a XX. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 463 p. R\$ 36,00.

A ambiciosa obra do historiador francês traça um panorama dos diferentes aspectos do empreendimento colonial, indispensável para uma crítica à visão eurocêntrica da história: a relação entre colonização e imperialismo, os tipos de iniciativa que o caracterizaram, as sociedades a que deram origem, como os processos foram vistos pelos vencidos, os movimentos de independência e as revoluções que

O SUJEITO NOS TEMPOS NEOLIBERAIS



JEAN-MICHEL BASQUIAT (1960-1988)

O PENSAMENTO DE MARX CONTINUA, APESAR DE SEUS LIMITES, UMA REFERÊNCIA FUNDAMENTAL PARA QUALQUER TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA.

LUIZ PILLA VARES

Qualquer tentativa de reflexão sobre a sociedade neste turbulento final de século torna-se impossível sem um reexame do pensamento de Karl Marx. Falo em pensamento de Karl Marx porque o termo “marxismo” tornou-se abusivo. São tantos os autores e correntes que se definem “marxistas” e tantas as diferenças que o termo perdeu qualquer precisão filosófica ou científica. É impossível colocar sob a mesma expressão o marxismo de Stalin e o de Rosa Luxemburg, o de Mao e o de Trotsky, o de Althusser e o de Sartre, o de Lênin e o de Kautsky. Há o marxismo de Lukács, o de Bloch, o de Engels, o de Lafargue, o de Sorel, o de Mandel, o de Labriola, o de Bukharin, o de Korsch, o da Escola de Frankfurt de Adorno e Benjamin. E, mais próximo de nós, não apenas geograficamente, o marxismo de Che Guevara. Enfim, a lista seria interminável... Mas, além das diferenças conceituais entre os “marxismos”, há quase um abismo nas consequências políticas extraídas deles. Assim, seria inútil falarmos aqui em “marxismo”.

CARGA CRÍTICA

Mas todo o século XX viveu sob o signo de Marx, mesmo que, em muitos casos, o que se verificou foi uma apropriação indevida. Seria totalmente inócua se investigar na infinitude das interpretações “marxistas” qual a “mais autêntica”, qual a que responde “melhor” aos apelos do “mestre”; nem teria qualquer sentido tentativas de “retorno” ao “verdadeiro” Marx.

O que importa é saber se a imensa obra de Karl Marx ainda nos diz alguma coisa

neste triste final de século. É ainda mais importante averiguarmos se a crítica de Marx ao capitalismo foi superada. De qualquer forma, precisamos partir de alguns pontos bem concretos.

O primeiro deles é que o pensamento de Marx sedimentou-se a partir de uma aguda crítica ao idealismo alemão e especialmente ao idealismo de Hegel. O seu pensamento não via a si mesmo como o coroamento da história das idéias humanas, ao contrário do que se imaginava o idealismo hegeliano. Marx não apenas compreendeu o capitalismo como uma “criação” histórica, mas compreendeu seu próprio pensamento como um produto das condições históricas do capitalismo – que está limitado historicamente. Essa é, como toda grande obra, um pensamento “datado”.

Marx não se pretendia a “idéia absoluta”, não se considerava a si mesmo como o descobridor da “verdade única”. Portanto, suas teorias (e elas são muitas) contêm, obviamente, limitações, ambigüidades, equívocos e algumas afirmações que foram exatas há um século, mas hoje o são. O que hoje, então, fica do pensamento de Marx?

O grande erro da quase totalidade dos adversários de Marx e de grande parte dos que se reivindicam seus seguidores é a leitura de Marx como “profeta”. Esta leitura se justifica pelo estilo “messiânico” de algumas passagens de sua obra, especialmente as referências ao “proletariado” como o coveiro predestinado da sociedade capitalista. Ou, então, à ruína “inevitável” do capitalismo.

Mas Marx não pode ser lido como “profeta”. Não há maior antinomia do que entre o conteúdo crítico de Marx e a posição do “profeta”. O próprio autor do *O Capital* e do *Manifesto* foi explícito nesse sentido: ele (e Engels) não propunham “modelos” de sociedade, numa contraposição aos socialistas utópicos (Saint Simon, Owen e Fourier) que, estes sim, fizeram descrições detalhadas de como deveria ser o mundo novo. Portanto, não se pode atribuir a Karl (e a seu amigo e colaborador, Engels) a responsabilidade pelos estados totalitários que foram construídos em seu nome, estados, que até o momento final de sua ruína estavam muito longe de qualquer projeto socialista. Para ele, só se pode partir da afirmação que se tornou a divisa da I Internacional: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

O que existe por trás do inegável estilo literário messiânico, comum tanto na lite-

ratura judaica, como nos autores alemães do século XIX (Walter Benjamin já no século XX une admiravelmente os dois, o judeu e o alemão), é o “espírito do tempo”, um viés “determinista” e “cientificista”, quase naturalista – a tendência dominante da última metade do século passado, que se expressou não apenas nas ciências (naturais e humanas, estas sob a influência dominante das primeiras), mas também nas artes, onde o “realismo” triunfa em todos os campos: Balzac será um paradigma para Marx e certamente *A Comédia Humana* foi uma de suas fontes para *O Capital*. Esta é uma das ambigüidades da obra de Marx: a influência que sobre ele exerceu o “espírito científico” de seu tempo.

MARX NA BUSCA DO SUJEITO

Ambigüidade: porque seria um simplismo brutal reduzir a obra de Marx a uma espécie qualquer de cientificismo. E isto porque há um outro Marx, o Marx em busca do sujeito que seria “o coveiro” do capitalismo, o Marx que compreende a impossibilidade da queda do regime do Capital por obra e graça da agudização crescente de suas próprias contradições antagônicas materiais (naturais). Este “coveiro”-sujeito seria o proletariado, a força consciente (não natural) capaz de realizar a Revolução, ato político (não natural) por excelência. Além disso, o proletariado, segundo Marx, como força política consciente, não como massa, não em si mesmo, não nasce pronto: só como “classe para si”, na superação da “classe em si”, ou seja, como sujeito, é capaz de realizar o ato político Revolução. Se o proletariado permanece preso às ilusões semeadas pelas classes dominantes de que o capitalismo é o último estágio da história, a revolução torna-se impossível. E, nesse sentido, Marx e Engels não poupam censuras ao comportamento dos operários ingleses. Ou seja, o que temos desta vez é a “história em aberto”. Ao contrário do “determinismo”, inserimos um “se” na problemática obra de Karl Marx. E este “se” não é apenas uma conjunção. Se existe um “se” a história pode acontecer ou não. Se existe um “se” todo o problema se desloca da metafísica determinista para a ação consciente.

Marx, porém, colocou muitas outras questões, todas convergindo para um ponto nodal: a impossibilidade da realização humana na sociedade capitalista, a impossibilidade de uma verdadeira liberdade hu-

mana enquanto estivermos submetidos ao fetichismo da mercadoria. E isto não foi até hoje respondido por ninguém. Na verdade, o neoliberalismo dos tempos atuais, em seus mais diversos intérpretes, retorna a Adam Smith: a pós-modernidade vai encontrar seu Deus-Mercado na “mão invisível” do século XVIII. A crítica de Marx, nesse sentido, não foi superada. Pelo contrário, o capitalismo destes tempos neoliberais tornou-se ainda mais brutal e excludente do que em sua fase de expansão e afirmação industrial sobre as ruínas das sociedades pré-capitalistas. Deste ponto de vista, Marx está vivo. E mais vivo do que nunca. E ainda mais radicalmente: nenhuma tentativa de superação da sociedade capitalista terá sucesso se não tiver a obra de Marx como uma de suas referências fundamentais.

Isto, porém, não significa um “retorno”. E muito menos a “reconstrução” dos antigos movimentos operários socialistas sob qualquer de suas formas. E

estes estão mortos. Mortos, não fracassados historicamente. Quero dizer com isso que a atual sociedade capitalista “globalizada” está a exigir novas críticas e novas respostas. Mas não se pense em críticas mais “suaves” e mais “moderadas” do que as feitas por Marx e o movimento operário em seu tempo. Ao contrário, a crítica ao capitalismo contemporâneo, “globalizado”, deve ser ainda mais profunda do que o foi no passado, se é que pretendemos ainda um futuro que pode ser dignamente, verdadeiramente, chamado de futuro.

REAÇÃO RADICAL

O certo é que não poderemos ter um futuro “menos pior”, as “utopias possíveis” são impossíveis na realidade. Ao contrário, tudo indica que se não houver uma reação radical (talvez maio de 68 tenha sido apenas uma “pista”, um indicativo de como as lutas do futuro acontecerão) a submissão absoluta ao mercado, o atual modo de vida, conduz passo a passo, mas seguramente ao fim do gênero humano. A alienação total ao mercado, o fetiche da mercadoria, o absurdo das relações humanas atuais, a solidão cada vez maior de multidões, a exclusão de continentes inteiros de qualquer possibilidade de progresso, nos leva a um suicídio coletivo. E se agora temos uma certeza: a de que não existe nenhum determinismo que nos leve necessariamente a uma sociedade melhor, então chegou a hora de refundar a crítica radical ao capitalismo e ao mercado absoluto. Nunca a exigência do socialismo democrático foi tão grande. Nunca a figura mitológica de Prometeu acenou tanto para os espíritos inconformados que ainda resistem à completa degradação da sociedade.

E, nesta nova crítica radical, que está por ser feita, mas sem a qual será impossível uma alternativa socialista democrática, o vulto gigantesco de Marx – este novo Aristóteles da história do pensamento – surge como uma provocação e uma inspiração. Tanatos está submetendo Eros. E quando submetê-lo em definitivo, a humanidade estará morta. E Gaia, a Terra, será apenas um insuportável silêncio. Insuportável para quem?

LUIZ PILLA VARES É EX-SECRETÁRIO DE CULTURA DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE E EX-PRESIDENTE DO PT/POA